

GRAÇA & VERDADE

COLEÇÃO DOUTRINAS BÍBLICAS



VOLUME 4

A Igreja

Doutrina, Ordenanças e Governo

A natureza do corpo de Cristo, o batismo em águas, a Santa Ceia, a forma de governo, a adoração, o pastorado e a cidadania.

Sumário

1	A Igreja: Natureza, Membros, Ordenanças e Missão do Corpo de Cristo	ECLESIOLOGIA
2	O Batismo em Águas: Fundamentos Bíblicos, Significado e Prática	ECLESIOLOGIA
3	A Santa Ceia: A Importância da Participação e Celebração do Corpo de Cristo	ECLESIOLOGIA
4	A Forma de Governo da Igreja: Organização, Ministério e Oficiais	ECLESIOLOGIA
5	A Verdadeira Adoração: O Culto Cristão e Seus Elementos à Luz das Escrituras	ECLESIOLOGIA
6	As Funções e o Papel do Pastor nos Dias de Hoje	ECLESIOLOGIA
7	O Chamado Pastoral e a Ordenação de Mulheres ao Ministério	ECLESIOLOGIA
8	A Identidade Assembleiana: Raízes, Doutrinas e Práticas	ECLESIOLOGIA
9	A Igreja e o Estado: Autoridade Civil, Submissão e Cidadania à Luz das Escrituras	ECLESIOLOGIA

SOBRE ESTE E-BOOK

Este material é gratuito

Todos os artigos deste volume estão publicados de graça em **gracaeverdade.online**, e continuarão assim. Não há assinatura, não há versão paga, não há catraca.

Se este material te ajudou no seu estudo das Escrituras, você pode sustentar esse trabalho com qualquer valor. É isso que mantém o site no ar e as publicações saindo toda semana.

APOIE PELO PIX



3d67a292-56c0-4b81-8ed3-8
c45faddaf09

PARA CONTINUAR

Artigos novos

gracaeverdade.online/blog

Versículo do dia no seu e-mail

gracaeverdade.online

Apoiar o projeto

gracaeverdade.online/apoie

Livros que recomendamos

gracaeverdade.online/loja

Os links para a livraria neste e-book e no site são links de associado da Amazon. Como Associado da Amazon, o Graça & Verdade ganha com compras qualificadas, sem custo extra para você.

A Igreja: Natureza, Membros, Ordenanças e Missão do Corpo de Cristo

Graça & Verdade · 20 de setembro de 2026 · 10 min de leitura

Este artigo examina a doutrina da Igreja à luz das Sagradas Escrituras (versão Almeida Corrigida Fiel) e da Declaração de Fé das Assembleias de Deus (Capítulo XI), abordando a fundação da Igreja em Cristo, a sua natureza universal e local, os seus nomes e títulos, os membros como corpo de Cristo, a sua eleição desde a eternidade, a distinção entre Igreja atuante e triunfante, as duas ordenanças (batismo em águas e Ceia do Senhor) e a sua missão de glorificar a Deus. Conclui-se que a Igreja é a assembleia universal dos remidos, fundada por Cristo, tendo-o como cabeça e pedra principal, chamada a proclamar o evangelho ao mundo.

"Pois também eu te digo que tu és Pedro, e sobre esta pedra edificarei a minha igreja, e as portas do inferno não prevalecerão contra ela" (Mateus 16:18). Com essas palavras, o Senhor Jesus anunciou a fundação da sua Igreja, o povo que ele resgataria com o seu sangue e reuniria de todas as nações. A Igreja não é uma instituição meramente humana, mas a comunidade dos remidos, o corpo de Cristo, chamada para glorificar a Deus e anunciar a salvação ao mundo.

A Declaração de Fé das Assembleias de Deus, em seu Capítulo XI, define a Igreja como "a assembleia universal dos santos de todos os lugares e de todas as épocas, cujos nomes estão escritos nos céus". Este artigo propõe-se a examinar, à luz da Palavra de Deus, a natureza, os membros, as ordenanças e a missão da Igreja, demonstrando que ela tem Cristo como fundamento, cabeça e Senhor.

A Fundação da Igreja: Cristo, a Pedra Principal

A Igreja foi fundada por Jesus Cristo, que é a sua pedra principal. Ele declarou: "sobre esta pedra edificarei a minha igreja, e as portas do inferno não prevalecerão contra ela" (Mateus 16:18). Essa pedra é o próprio Cristo, pois Pedro proclamou: "Ele é a pedra que foi rejeitada por vós, os edificadores, a qual foi posta por cabeça de esquina" (Atos 4:11). Os seus membros são "edificados sobre o fundamento dos apóstolos e dos profetas, de que Jesus Cristo é a principal pedra da esquina" (Efésios 2:20).

Nenhum outro fundamento pode ser posto: "Porque ninguém pode pôr outro fundamento além do que já está posto, o qual é Jesus Cristo" (1 Coríntios 3:11). A Igreja é, portanto, "a casa de Deus, que é a igreja do Deus vivo, a coluna e firmeza da verdade" (1 Timóteo 3:15). Ela é a

comunidade do Senhor, edificada sobre a rocha inabalável que é Cristo, contra a qual as portas do inferno não prevalecerão.

A Natureza da Igreja: Assembleia Universal e Local

A Igreja é, antes de tudo, a assembleia universal dos santos de todos os lugares e de todas as épocas: "À universal assembleia e igreja dos primogênitos, que estão inscritos nos céus" (Hebreus 12:23). Ela é una e indivisível: "Há um só corpo e um só Espírito... um só Senhor, uma só fé, um só batismo" (Efésios 4:4-5). Trata-se de um mistério que não foi revelado no Antigo Testamento, mas manifestado aos santos na nova aliança (Colossenses 1:26-27).

Além da assembleia universal, o vocábulo "igreja" refere-se também ao grupo de crentes de cada localidade, como "a igreja que estava em Jerusalém" (Atos 11:22), "a igreja de Deus que está em Corinto" (1 Coríntios 1:2) e "as igrejas da Galácia" (Gálatas 1:2). A palavra "igreja" significa literalmente "chamado para fora", designando os que foram chamados por Cristo para fora do mundo, a fim de pertencer-lhe e ter comunhão com ele.

Os Nomes e Títulos da Igreja

As Escrituras empregam diversos nomes e figuras para descrever a Igreja, revelando a sua relação com Cristo e com Deus. Ela é o "corpo de Cristo": Deus "sobre todas as coisas o constituiu como cabeça da igreja, que é o seu corpo" (Efésios 1:22-23). É o "povo de Deus": "e eu serei o seu Deus, e eles serão o meu povo" (2 Coríntios 6:16). É a "noiva de Cristo" e a "esposa do Cordeiro": "vindas são as bodas do Cordeiro, e já a sua esposa se aprontou" (Apocalipse 19:7).

A figura do casamento ilustra a intimidade, o amor e a reciprocidade entre Cristo e a sua Igreja: "Cristo amou a igreja, e a si mesmo se entregou por ela, para a santificar" (Efésios 5:25-26). Outros termos designam os membros da Igreja: crentes, santos, eleitos, discípulos, cristãos e o "Caminho" (Atos 9:2). Em Antioquia, os discípulos foram pela primeira vez chamados cristãos (Atos 11:26). Todos esses nomes apontam para um povo separado para Deus e unido a Cristo.

Os Membros da Igreja: o Corpo de Cristo

A Igreja é formada por todos os fiéis remidos pelo sangue de Cristo, de todas as eras e lugares. Pelo Espírito Santo, os crentes são unidos em um só corpo: "Pois todos nós fomos batizados em um Espírito, formando um corpo, quer judeus, quer gregos, quer servos, quer livres" (1 Coríntios 12:13). Cada crente salvo é membro desse corpo: "Ora, vós sois o corpo de Cristo, e seus membros em particular" (1 Coríntios 12:27).

A vida cristã não é solitária, pois nenhum membro vive isolado do corpo: "nós, que somos muitos, somos um só corpo em Cristo, mas individualmente somos membros uns dos outros" (Romanos 12:5). A conversão conduz o crente à comunhão com os demais, e a igreja primitiva

ilustra essa vida em comum: "perseveravam na doutrina dos apóstolos, e na comunhão, e no partir do pão, e nas orações" (Atos 2:42). A cabeça desse corpo é Cristo, "sendo ele próprio o salvador do corpo" (Efésios 5:23).

A Eleição da Igreja

Deus elegeu a Igreja desde a eternidade: "Como também nos elegeu nele antes da fundação do mundo, para que fôssemos santos e irrepreensíveis diante dele em amor" (Efésios 1:4). Essa eleição é obra da graça divina, e não de mérito humano, pois "a vossa eleição é de Deus" (1 Tessalonicenses 1:4). Na Igreja, judeus e gentios são reunidos em um único povo: "ele é a nossa paz, o qual de ambos os povos fez um" (Efésios 2:14).

Assim como Deus chamou Abraão e dele formou uma nação, Cristo formou um novo povo, composto de judeus e gentios, coerdeiros da salvação em um só corpo. A eleição da Igreja não exclui, antes confirma, o chamado universal do evangelho, pois Deus "quer que todos os homens se salvem, e venham ao conhecimento da verdade" (1 Timóteo 2:4). A Igreja é, portanto, o povo eleito de Deus, chamado à santidade e ao louvor da sua glória.

A Igreja Atuante e Triunfante

A Igreja atuante é a que ainda milita na terra, formada por todos os que seguem a Cristo e lutam contra a carne, o mundo, o diabo, o pecado e a morte. Ela emprega armas espirituais nesse bom combate: "as armas da nossa milícia não são carnis, mas, sim, poderosas em Deus, para destruição das fortalezas" (2 Coríntios 10:4). Essa batalha perdurará até a vinda de Cristo.

A Igreja triunfante é constituída dos irmãos que já partiram deste mundo, tendo vencido os seus inimigos, e que agora estão com o Senhor Jesus. Ambas pertencem à mesma Igreja, pois "toda a família nos céus e na terra toma o nome" de Deus (Efésios 3:15). Os que dormem no Senhor são "os espíritos dos justos aperfeiçoados" (Hebreus 12:23), que aguardam a ressurreição final. A Igreja é, assim, uma só, atravessando o tempo e a eternidade.

As Ordenanças da Igreja: Batismo e Ceia do Senhor

São duas as ordenanças da Igreja: o batismo em águas e a Ceia do Senhor. As Assembleias de Deus rejeitam o termo "sacramento" e empregam "ordenança", do latim ordo, "fileira, ordem", pois ambos foram instituídos por Jesus para serem observados pela Igreja. Essas ordenanças não transmitem poder místico ou graça salvífica, mas são ritos simbólicos que apontam para as verdades centrais da fé cristã.

O batismo em águas é a confissão pública da união do crente com Cristo, simbolizando a sua morte, sepultamento e ressurreição com ele (Romanos 6:3-4). O próprio Senhor submeteu-se ao batismo a fim de "cumprir toda a justiça" (Mateus 3:15). A Ceia do Senhor é o memorial da morte

de Cristo em nosso lugar: "fazei isto em memória de mim" (1 Coríntios 11:24). Ambos são ordens diretas do Senhor, de grande valor para a vida da Igreja, embora não sejam meios de salvação.

A Missão da Igreja

A função primordial da Igreja é glorificar a Deus: "quer comais quer bebais, ou façais outra qualquer coisa, fazei tudo para glória de Deus" (1 Coríntios 10:31). Isso se realiza por meio da adoração, da evangelização, da edificação dos membros e do socorro aos necessitados. A Igreja foi eleita para o louvor da glória de Deus e recebeu a missão de proclamar o evangelho a todo o mundo.

O Senhor ordenou: "Portanto ide, fazei discípulos de todas as nações" (Mateus 28:19), e "ser-me-eis testemunhas, tanto em Jerusalém como em toda a Judeia e Samaria, e até aos confins da terra" (Atos 1:8). A Igreja é "o sal da terra" e "a luz do mundo" (Mateus 5:13-14), chamada a resplandecer diante dos homens por meio das boas obras. Para cumprir essa missão, o Espírito Santo foi derramado no Pentecostes e Cristo concedeu líderes "para a obra do ministério, para edificação do corpo de Cristo" (Efésios 4:12).

Conclusão

Este artigo demonstrou, à luz da Bíblia e da Declaração de Fé das Assembleias de Deus, que: (1) a Igreja foi fundada por Cristo, que é a sua pedra principal e o único fundamento; (2) é a assembleia universal dos santos e, ao mesmo tempo, a comunidade local dos crentes; (3) é descrita por nomes e figuras que revelam a sua relação com Cristo; (4) é o corpo de Cristo, do qual cada salvo é membro; (5) foi eleita por Deus desde a eternidade; (6) existe em duas dimensões, atuante e triunfante; (7) possui duas ordenanças — batismo e Ceia; e (8) tem por missão glorificar a Deus e proclamar o evangelho ao mundo.

A Igreja é o projeto eterno de Deus, o povo que ele comprou com o sangue do seu Filho. Que cada crente ame a Igreja, sirva nela com fidelidade e cumpra a sua missão, "para que agora, pela igreja, a multiforme sabedoria de Deus seja conhecida dos principados e potestades nos céus" (Efésios 3:10), até o dia em que Cristo vier buscar a sua noiva e a apresentar a si mesmo igreja gloriosa, sem mácula, santa e irrepreensível. Amém.

Referências

- BÍBLIA. Português. **Almeida Corrigida Fiel**. São Paulo: Sociedade Bíblica Trinitariana do Brasil, 2007.
- BÍBLIA. N. T. Mateus. In: BÍBLIA. Almeida Corrigida Fiel. 2007. Mateus 3; 5; 16; 28.
- BÍBLIA. N. T. Atos. In: BÍBLIA. Almeida Corrigida Fiel. 2007. Atos 1; 2; 4; 9; 11.
- BÍBLIA. N. T. Romanos. In: BÍBLIA. Almeida Corrigida Fiel. 2007. Romanos 6; 12.

- BÍBLIA. N. T. 1 Coríntios. In: BÍBLIA. Almeida Corrigida Fiel. 2007. 1 Coríntios 1; 3; 10; 11; 12.
- BÍBLIA. N. T. 2 Coríntios. In: BÍBLIA. Almeida Corrigida Fiel. 2007. 2 Coríntios 6; 10.
- BÍBLIA. N. T. Gálatas. In: BÍBLIA. Almeida Corrigida Fiel. 2007. Gálatas 1.
- BÍBLIA. N. T. Efésios. In: BÍBLIA. Almeida Corrigida Fiel. 2007. Efésios 1; 2; 3; 4; 5.
- BÍBLIA. N. T. Colossenses. In: BÍBLIA. Almeida Corrigida Fiel. 2007. Colossenses 1.
- BÍBLIA. N. T. 1 Tessalonicenses. In: BÍBLIA. Almeida Corrigida Fiel. 2007. 1 Tessalonicenses 1.
- BÍBLIA. N. T. 1 Timóteo. In: BÍBLIA. Almeida Corrigida Fiel. 2007. 1 Timóteo 2; 3.
- BÍBLIA. N. T. Hebreus. In: BÍBLIA. Almeida Corrigida Fiel. 2007. Hebreus 12.
- BÍBLIA. N. T. Apocalipse. In: BÍBLIA. Almeida Corrigida Fiel. 2007. Apocalipse 19.
- DECLARAÇÃO DE FÉ das Assembleias de Deus. Rio de Janeiro: CPAD, 2017. Capítulo XI: Sobre a Igreja.

O Batismo em Águas: Fundamentos Bíblicos, Significado e Prática

Graça & Verdade · 23 de julho de 2026 · 12 min de leitura

Este artigo examina o batismo em águas como ordenança instituída por Jesus Cristo, fundamentado nas Escrituras Sagradas e na Declaração de Fé das Assembleias de Deus. São analisados o significado (imersão), o modelo de Jesus, a Grande Comissão, a fórmula trinitariana e o simbolismo de morte e ressurreição.

O batismo em águas é uma das duas ordenanças deixadas por Jesus Cristo à Sua Igreja, ao lado da Ceia do Senhor. Desde o início da igreja no dia de Pentecostes, o batismo tem ocupado lugar central na experiência cristã, constituindo o testemunho público da fé e o rito de iniciação na comunidade dos redimidos. A Declaração de Fé das Assembleias de Deus afirma: "Cremos, professamos e ensinamos que o batismo em águas é uma ordenança de Cristo para a sua Igreja, dada por ordem específica do Senhor Jesus" (Capítulo XII).

Apesar de sua importância inquestionável, o batismo tem sido objeto de intensos debates teológicos ao longo da história da igreja: é por imersão ou aspersão? Deve ser administrado a crianças ou apenas a adultos? O batismo salva ou é símbolo de uma salvação já recebida? Qual a fórmula correta? Este artigo propõe-se a responder estas perguntas exclusivamente à luz das Escrituras Sagradas.

O Significado da Palavra Batismo

A palavra "batismo" provém do grego *baptisma*, derivada do verbo *baptizo*, que significa literalmente "mergulhar, submergir, imergir". Nas Escrituras, o termo é consistentemente associado à ideia de imersão completa em água. Não há no Novo Testamento qualquer evidência de que o batismo tenha sido praticado por aspersão (borrifamento) ou efusão (derramamento).

O próprio termo grego exclui a prática da aspersão. Se o batismo fosse por aspersão, os escritores do Novo Testamento teriam utilizado o verbo *rhantizo* (aspergir), e não *baptizo* (imersão). Além disso, as narrativas bíblicas confirmam a imersão: João Batista "batizava também em Enom, junto a Salim, porque havia ali muitas águas; e vinham ali e eram batizados" (João 3:23). Se o batismo fosse por aspersão, não haveria necessidade de "muitas águas".

Quando Jesus foi batizado, o texto diz que Ele "saiu logo da água" (Mateus 3:16), indicando que havia entrado nela. No batismo do eunuco etíope, Filipe e o eunuco "desceram ambos à água... e, quando saíram da água, o Espírito do Senhor arrebatou a Filipe" (Atos 8:38-39). Estes exemplos

demonstram inequivocamente que o batismo bíblico é por imersão.

O Batismo de Jesus como Modelo

O batismo de Jesus no rio Jordão, narrado nos quatro Evangelhos, constitui o modelo paradigmático do batismo cristão. Mateus registra: "Então veio Jesus da Galileia ter com João, junto do Jordão, para ser batizado por ele. Mas João opunha-se-lhe, dizendo: Eu careço de ser batizado por ti, e vens tu a mim? Jesus, porém, respondendo, disse-lhe: Deixa por agora, porque assim nos convém cumprir toda a justiça. Então ele o permitiu. E, sendo Jesus batizado, saiu logo da água, e eis que se lhe abriram os céus, e viu o Espírito de Deus descendo como pomba e vindo sobre ele" (Mateus 3:13-17).

Várias lições emergem do batismo de Jesus. Primeiro, Ele foi batizado por imersão no Jordão, não por aspersão. Segundo, Jesus, que não tinha pecado, submeteu-se ao batismo "para cumprir toda a justiça", demonstrando que o batismo é ato de obediência à vontade de Deus. Terceiro, o batismo de Jesus foi um ato público de identificação — Ele Se identificou com a humanidade pecadora que veio salvar. Quarto, foi no contexto do batismo que a Trindade Se manifestou plenamente: o Filho sendo batizado, o Espírito descendo como pomba e o Pai declarando Sua aprovação.

João Batista, o precursor, pregava "batismo de arrependimento para remissão dos pecados" (Marcos 1:4; Lucas 3:3). Contudo, ele próprio fazia distinção entre seu batismo e o de Jesus: "Eu, em verdade, vos batizo com água, para o arrependimento; mas aquele que vem após mim é mais poderoso do que eu... ele vos batizará com o Espírito Santo e com fogo" (Mateus 3:11). O batismo cristão supera o batismo de João, pois é realizado em nome da Trindade e vincula o crente a Cristo, não apenas ao arrependimento.

A Ordenança de Cristo: A Grande Comissão

O batismo é uma ordenança direta de Jesus Cristo, inserida na Grande Comissão. Após Sua ressurreição, o Senhor ordenou aos discípulos: "Portanto ide, fazei discípulos de todas as nações, batizando-os em nome do Pai, e do Filho, e do Espírito Santo; ensinando-os a guardar todas as coisas que eu vos tenho mandado" (Mateus 28:19-20). O batismo não é opcional para o crente; é mandamento do Senhor.

Jesus também declarou: "Quem crer e for batizado será salvo; mas quem não crer será condenado" (Marcos 16:16). A sequência é clara: primeiro crer, depois ser batizado. A fé precede o batismo; a condenação está vinculada à incredulidade, não à ausência de batismo.

A Grande Comissão estabelece três elementos indissociáveis do discipulado cristão: fazer discípulos, batizar e ensinar a Palavra. O batismo é o ato público que marca a entrada formal do novo convertido na comunidade da fé.

A Fórmula Batismal

A fórmula batismal ordenada por Jesus é clara e inequívoca: "em nome do Pai, e do Filho, e do Espírito Santo" (Mateus 28:19). As Assembleias de Deus seguem estritamente esta fórmula trinitariana. A Declaração de Fé afirma: "Cremos e praticamos a fórmula que ele mesmo ordenou" (Capítulo XII).

As expressões "em nome de Jesus Cristo" (Atos 2:38), "em nome do Senhor Jesus" (Atos 8:16; 19:5) e "em nome do Senhor" (Atos 10:48), que aparecem algumas vezes no livro de Atos, não representam uma fórmula alternativa. Conforme esclarece a Declaração de Fé, estas expressões significam "somente que o batismo é realizado na autoridade do nome de Jesus". O batismo é administrado pela autoridade de Cristo, mas a fórmula pronunciada é a trinitariana.

O Simbolismo: Morte, Sepultamento e Ressurreição

O batismo por imersão comunica visualmente a essência do evangelho. Paulo explica: "Ou não sabeis que todos quantos fomos batizados em Jesus Cristo fomos batizados na sua morte? De sorte que fomos sepultados com ele pelo batismo na morte; para que, como Cristo foi ressuscitado dentre os mortos, pela glória do Pai, assim andemos nós também em novidade de vida" (Romanos 6:3-5).

A imersão nas águas simboliza três realidades espirituais. O ato de descer à água representa a morte do velho homem: "sabendo isto, que o nosso homem velho foi com ele crucificado, para que o corpo do pecado seja desfeito" (Romanos 6:6). A submersão completa representa o sepultamento do velho homem com Cristo, pois os crentes são "sepultados com ele no batismo" (Colossenses 2:12). A emergência das águas representa a ressurreição para uma nova vida em Cristo (Romanos 6:4).

Apenas a imersão total pode comunicar este tríplice simbolismo. A aspersão de algumas gotas de água é incapaz de representar a dramaticidade da morte, sepultamento e ressurreição.

Batismo e Salvação: O Batismo Não é Meio de Regeneração

Uma das questões teológicas mais importantes acerca do batismo é sua relação com a salvação. As Assembleias de Deus, em concordância com a ortodoxia evangélica, ensinam que o batismo não salva; a salvação é exclusivamente pela graça, mediante a fé. Efésios 2:8-9 é categórico: "Porque pela graça sois salvos, por meio da fé; e isto não vem de vós, é dom de Deus. Não vem das obras, para que ninguém se glorie."

A passagem de Atos 2:38 — "Arrependei-vos, e cada um de vós seja batizado em nome de Jesus Cristo, para perdão dos pecados" — é frequentemente mal interpretada por grupos que defendem a regeneração batismal. A preposição grega *eis* ("para") pode indicar tanto propósito quanto resultado. O contexto do Novo Testamento como um todo demonstra que o perdão está

vinculado ao arrependimento, não ao batismo. No sermão seguinte de Pedro, em Atos 3:19-20, ele nem sequer menciona o batismo: "Arrependei-vos, pois, e convertei-vos, para que sejam apagados os vossos pecados."

O exemplo mais claro é o do malfeitor crucificado ao lado de Jesus. Ele se arrependeu na cruz e ouviu do Salvador: "Em verdade te digo que hoje estarás comigo no Paraíso" (Lucas 23:43). Aquele homem foi salvo sem jamais ter sido batizado. O batismo é ordenança de Cristo que deve ser obedecida por todo crente, mas não é condição para a salvação.

A passagem de 1 Pedro 3:20-21 é esclarecida pelo próprio apóstolo, que explica que não se trata da remoção física da sujeira do corpo, mas "da indagação de uma boa consciência para com Deus, pela ressurreição de Jesus Cristo". O batismo salva no sentido tipológico — como a arca salvou Noé das águas do dilúvio, o batismo simboliza a salvação que já foi recebida pela fé.

O Batismo Infantil: A Posição Assembleiana

As Assembleias de Deus rejeitam a prática do batismo infantil (pedobatismo). A Declaração de Fé enumera as razões bíblicas: "Não aceitamos nem praticamos o batismo infantil por não haver exemplo de batismo de crianças nas Escrituras e por não ser o batismo um meio da graça salvadora, ou sinal e selo da aliança, que substitui a circuncisão dos israelitas" (Capítulo XII).

O padrão neotestamentário é claro: o batismo segue o arrependimento e a fé. No dia de Pentecostes, "de sorte que foram batizados os que de bom grado receberam a sua palavra" (Atos 2:41). Em Samaria, "como cressem em Filipe... se batizavam, tanto homens como mulheres" (Atos 8:12). O eunuco etíope perguntou: "Eis aqui água; que impede que eu seja batizado? E disse Filipe: É lícito, se crês de todo o coração" (Atos 8:36-37). Uma criança não tem condições de exercer fé consciente.

Paulo é enfático: "em Cristo Jesus nem a circuncisão, nem a incircuncisão tem virtude alguma, mas sim o ser uma nova criatura" (Gálatas 6:15). Sob a nova aliança, o que importa é o novo nascimento, não um sinal físico aplicado a recém-nascidos incapazes de crer.

A Prática do Batismo na Igreja Primitiva

O livro de Atos registra que o batismo era administrado imediatamente após a conversão, sem longos períodos de preparação. Em Pentecostes, quase três mil pessoas foram batizadas naquele mesmo dia (Atos 2:41). O eunuco etíope foi batizado tão logo confessou sua fé (Atos 8:36-38). O carcereiro de Filipos e sua família foram batizados naquela mesma noite após crerem (Atos 16:31-33).

A igreja primitiva também demonstrava que o batismo é ato público e comunitário. Os batismos ocorriam em rios, tanques e locais com "muitas águas" (João 3:23), diante de testemunhas. Paulo enfatiza a unidade: "Pois todos nós fomos batizados em um Espírito, formando um corpo, quer

judeus, quer gregos, quer servos, quer livres" (1 Coríntios 12:13).

Para as Assembleias de Deus hoje, o batismo mantém plena relevância como testemunho público de fé. O batismo nas águas, juntamente com o batismo no Espírito Santo, compõe a experiência do crente pentecostal — duas bênçãos distintas, vividas em obediência a Cristo e no testemunho público da fé. Cumpre não confundir, porém, o sinal com a causa. A Declaração de Fé é explícita: o batismo é "o testemunho público da experiência anterior, o novo nascimento"; "o batismo não é salvação; somos salvos pela graça mediante a fé"; e "nós fomos batizados porque já somos salvos e não para sermos salvos" (Capítulo XII). A própria Declaração lembra que "é possível uma salvação sem batismo, como aconteceu com o malfeitor crucificado ao lado do Senhor Jesus": aquele homem arrependeu-se e ouviu do próprio Cristo "hoje estarás comigo no Paraíso" (Lucas 23:43), sem nunca ter sido batizado. O padrão das Escrituras é sempre o mesmo — crer primeiro, ser batizado depois (Marcos 16:16; Atos 2:41; 8:36-38). A expressão "nascer da água e do Espírito" (João 3:5) aponta, portanto, para a renovação que Deus opera no pecador — a "lavagem da regeneração e da renovação do Espírito Santo" (Tito 3:5) —, da qual o batismo nas águas é o testemunho público, e não a causa.

Conclusão

O batismo em águas é uma ordenança divina, instituída por Jesus Cristo, praticada pelos apóstolos e mantida pela igreja ao longo dos séculos. Este artigo demonstrou, com fundamento exclusivo nas Escrituras, que o batismo bíblico é: (1) por imersão; (2) em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo; (3) símbolo da morte, sepultamento e ressurreição com Cristo; (4) resposta de obediência a uma salvação já recebida pela graça mediante a fé; (5) destinado exclusivamente a crentes que exercem arrependimento e fé conscientes.

Todo aquele que creu em Jesus Cristo como Salvador deve, em obediência ao mandamento do Senhor, descer às águas batismais e testemunhar publicamente sua fé, identificando-se com Cristo em Sua morte e ressurreição. Como Paulo exorta: "Sepultados com ele no batismo, nele também ressuscitastes pela fé no poder de Deus, que o ressuscitou dentre os mortos" (Colossenses 2:12).

Referências

BÍBLIA. N. T. Mateus. In: BÍBLIA. Português. Almeida Corrigida Fiel. São Paulo: Sociedade Bíblica Trinitariana do Brasil, 2007. Mateus 3; 28.

BÍBLIA. N. T. Marcos. In: BÍBLIA. Português. Almeida Corrigida Fiel. São Paulo: Sociedade Bíblica Trinitariana do Brasil, 2007. Marcos 1; 16.

BÍBLIA. N. T. Lucas. In: BÍBLIA. Português. Almeida Corrigida Fiel. São Paulo: Sociedade Bíblica Trinitariana do Brasil, 2007. Lucas 3; 23.

BÍBLIA. N. T. João. In: BÍBLIA. Português. Almeida Corrigida Fiel. São Paulo: Sociedade Bíblica Trinitariana do Brasil, 2007. João 3.

BÍBLIA. N. T. Atos dos Apóstolos. In: BÍBLIA. Português. Almeida Corrigida Fiel. São Paulo: Sociedade Bíblica Trinitariana do Brasil, 2007. Atos 2; 8; 10; 16; 19.

BÍBLIA. N. T. Romanos. In: BÍBLIA. Português. Almeida Corrigida Fiel. São Paulo: Sociedade Bíblica Trinitariana do Brasil, 2007. Romanos 6.

BÍBLIA. N. T. 1 Coríntios. In: BÍBLIA. Português. Almeida Corrigida Fiel. São Paulo: Sociedade Bíblica Trinitariana do Brasil, 2007. 1 Coríntios 12.

BÍBLIA. N. T. Gálatas. In: BÍBLIA. Português. Almeida Corrigida Fiel. São Paulo: Sociedade Bíblica Trinitariana do Brasil, 2007. Gálatas 3; 6.

BÍBLIA. N. T. Efésios. In: BÍBLIA. Português. Almeida Corrigida Fiel. São Paulo: Sociedade Bíblica Trinitariana do Brasil, 2007. Efésios 2.

BÍBLIA. N. T. Colossenses. In: BÍBLIA. Português. Almeida Corrigida Fiel. São Paulo: Sociedade Bíblica Trinitariana do Brasil, 2007. Colossenses 2.

BÍBLIA. N. T. 1 Pedro. In: BÍBLIA. Português. Almeida Corrigida Fiel. São Paulo: Sociedade Bíblica Trinitariana do Brasil, 2007. 1 Pedro 3.

DECLARAÇÃO DE FÉ das Assembleias de Deus. Rio de Janeiro: CPAD, 2017. Capítulo XII.

A Santa Ceia: A Importância da Participação e Celebração do Corpo de Cristo

Graça & Verdade · 23 de julho de 2026 · 10 min de leitura

Este artigo examina a Santa Ceia como celebração central da fé cristã, fundamentado nas Escrituras Sagradas e na Declaração de Fé das Assembleias de Deus. São analisados a origem pascal, os significados teológicos e a participação digna.

A Santa Ceia é uma das celebrações mais solenes e significativas da fé cristã. Instituída por Jesus Cristo na noite em que foi traído, ela atravessou os séculos como memorial perpétuo do sacrifício do Calvário e como antecipação do banquete escatológico nas bodas do Cordeiro. Para as Assembleias de Deus, a Ceia do Senhor, juntamente com o batismo em águas, constitui uma das duas ordenanças deixadas por Cristo à Sua Igreja.

A Origem Pascal: da Páscoa Judaica à Ceia do Senhor

A Santa Ceia não surgiu em um vácuo histórico. Jesus a instituiu no contexto da celebração da Páscoa judaica (Pesach), a festa que comemorava a libertação do povo de Israel da escravidão no Egito. Em Êxodo 12, Deus ordenou que cada família israelita imolasse um cordeiro sem defeito e aspergisse seu sangue nos umbrais das portas, para que o anjo destruidor não ferisse os primogênitos: "E aquele sangue vos será por sinal nas casas em que estiverdes; vendo eu sangue, passarei por cima de vós, e não haverá entre vós praga de mortandade" (Êxodo 12:13). O cordeiro pascal era um tipo profético de Cristo, "o Cordeiro de Deus, que tira o pecado do mundo" (João 1:29).

O Pesach judaico possuía elementos que prefiguravam a Ceia cristã: o pão sem fermento (matzah), símbolo da pureza e da pressa da saída do Egito; o vinho, servido em quatro cálices que representavam as promessas divinas de libertação; e as ervas amargas, que recordavam o sofrimento da escravidão. Todavia, a Bíblia não determina que a igreja reproduza os detalhes do ritual pascal judaico, mas ordena que celebre a Ceia em memória de Cristo, conforme Ele a instituiu (1 Coríntios 11:23-25).

A Instituição da Ceia do Senhor

A instituição da Santa Ceia é registrada nos três Evangelhos sinóticos e reiterada pelo apóstolo Paulo. Mateus relata: "E, quando comiam, Jesus tomou o pão, e abençoando-o, o partiu, e o deu aos discípulos, e disse: Tomai, comei, isto é o meu corpo. E, tomando o cálice, e dando graças,

deu-lho, dizendo: Bebei dele todos; porque isto é o meu sangue, o sangue do novo testamento, que é derramado por muitos, para remissão dos pecados" (Mateus 26:26-28).

O apóstolo Paulo, escrevendo aos coríntios cerca de vinte anos depois, reafirma a instituição como tendo recebido diretamente do Senhor: "Porque eu recebi do Senhor o que também vos ensinei: que o Senhor Jesus, na noite em que foi traído, tomou o pão; e, tendo dado graças, o partiu e disse: Tomai, comei; isto é o meu corpo que é partido por vós; fazei isto em memória de mim" (1 Coríntios 11:23-24). A dimensão escatológica não é exclusiva de Paulo: os próprios relatos da instituição já a trazem, quando Jesus declara que não beberá mais do fruto da vide "até àquele dia em que o beber, novo, no reino de Deus" (Marcos 14:25; cf. Mateus 26:29; Lucas 22:16,18). O apóstolo a formula como anúncio continuado: "Porque todas as vezes que comerdes este pão e beberdes este cálice anunciais a morte do Senhor, até que venha" (1 Coríntios 11:26).

O Significado Teológico da Santa Ceia

A Santa Ceia possui múltiplas camadas de significado teológico, todas fundamentadas nas Escrituras.

Memorial (Anamnesis)

Jesus ordenou: "fazei isto em memória de mim" (Lucas 22:19; 1 Coríntios 11:24-25). O termo grego *anamnesis* não se reduz a uma lembrança intelectual: é a recordação celebrativa que proclama, diante de Deus e dos homens, o que Cristo fez. Ao participar da Ceia, a igreja recorda o sacrifício vicário de Cristo, Sua morte expiatória e o novo pacto selado com Seu sangue. Não se trata de repetir o sacrifício, como ensina a doutrina católica romana, pois "com uma só oblação aperfeiçoou para sempre os que são santificados" (Hebreus 10:14) — nem de um símbolo vazio, pois o próprio apóstolo chama o cálice de bênção "a comunhão do sangue de Cristo" (1 Coríntios 10:16). A Ceia é memorial do sacrifício único e suficiente de Cristo, e essa memória é comunhão.

Comunhão (Koinonia)

Paulo pergunta retoricamente: "Porventura o cálice de bênção, que abençoamos, não é a comunhão do sangue de Cristo? O pão que partimos não é porventura a comunhão do corpo de Cristo? Porque nós, sendo muitos, somos um só pão e um só corpo; porque todos participamos do mesmo pão" (1 Coríntios 10:16-17). A Ceia expressa e fortalece a unidade do corpo de Cristo. A igreja primitiva perseverava, como registra Lucas, "na doutrina dos apóstolos, e na comunhão, e no partir do pão, e nas orações" (Atos 2:42).

Proclamação (Kerigma)

Paulo afirma que "todas as vezes que comerdes este pão e beberdes este cálice anunciais a morte do Senhor, até que venha" (1 Coríntios 11:26). O verbo grego *katangelo* significa "anunciar, proclamar publicamente". Cada celebração da Ceia é uma pregação silenciosa da morte redentora de Cristo.

Esperança Escatológica

A expressão paulina "até que venha" (1 Coríntios 11:26) projeta a celebração para o futuro. Jesus mesmo declarou: "Digo-vos que, desde agora, não berei deste fruto da vide, até aquele dia em que o beba novo convosco no reino de meu Pai" (Mateus 26:29). A Ceia antecipa o banquete das bodas do Cordeiro: "Bem-aventurados aqueles que são chamados à ceia das bodas do Cordeiro" (Apocalipse 19:9).

Os Elementos da Ceia: O Pão e o Fruto da Videira

Os elementos da Ceia são simples e acessíveis: o pão e o fruto da videira. Jesus tomou elementos que já faziam parte da refeição pascal e atribuiu-lhes novo significado. O pão representa o corpo de Cristo, partido em favor dos crentes: "isto é o meu corpo que é partido por vós" (1 Coríntios 11:24). O fruto da videira representa o sangue de Cristo, vertido para a remissão dos pecados e para selar a nova aliança. O autor de Hebreus explica que "sem derramamento de sangue não há remissão" (Hebreus 9:22).

A Bíblia não especifica se o pão deve ser fermentado ou não, nem se o "fruto da videira" deve ser fermentado ou não fermentado. A tradição assembleiana, em coerência com o princípio bíblico de abstinência de bebidas fortes (Provérbios 20:1; Efésios 5:18), utiliza suco de uva não fermentado, representando o sangue puro de Cristo.

A Participação Digna: Autoexame e Discernimento do Corpo

A Bíblia impõe uma condição solene para a participação na Ceia: o autoexame. Paulo adverte severamente: "Examine-se, pois, o homem a si mesmo, e assim coma deste pão e beba deste cálice. Porque o que come e bebe indignamente, come e bebe para sua própria condenação, não discernindo o corpo do Senhor" (1 Coríntios 11:28-29). O termo "indignamente" (*anaxios*) refere-se não à indignidade inerente do pecador, mas à atitude irreverente e pecaminosa com que alguns coríntios se aproximavam da mesa do Senhor.

O contexto de 1 Coríntios 11 revela que os crentes de Corinto transformavam a Ceia em uma refeição comum, onde havia divisões, glotonaria, embriaguez e desprezo pelos pobres (1 Coríntios 11:18-22). Paulo repreende duramente: "Não tendes porventura casas para comer e para beber? Ou desprezais a igreja de Deus, e envergonhais os que nada têm?" (1 Coríntios 11:22). A participação indigna havia resultado em juízo divino: "Por causa disto há entre vós muitos fracos e doentes, e muitos que dormem" (1 Coríntios 11:30).

Estas palavras são um alerta solene para toda igreja em todas as épocas: a Ceia não é um ritual vazio que pode ser praticado mecanicamente, mas um encontro santo com o Senhor que exige reverência, arrependimento e reconciliação.

Ceia: Sacramento ou Ordenança?

Uma das discussões teológicas mais importantes sobre a Ceia diz respeito à sua natureza: é um sacramento ou uma ordenança? O termo "sacramento" provém do latim *sacramentum*, que designava o juramento de fidelidade do soldado romano. Tertuliano (155-222 d.C.) foi o primeiro a aplicá-lo aos ritos cristãos.

As Assembleias de Deus rejeitam o termo "sacramento" e adotam "ordenança". A Declaração de Fé afirma: "Rejeitamos o termo 'sacramento' e usamos a palavra 'ordenança', do latim *ordo*, 'fileira, ordem'. Tanto o batismo em águas como a Ceia do Senhor foram instituídos por Jesus para que fossem observados pela Igreja. Essas ordenanças não transmitem qualquer poder místico ou graça salvífica, mas são um rito simbólico universal e pessoal que aponta para as verdades centrais da fé cristã" (Capítulo XI). A ordenança é um mandamento de Cristo a ser obedecido, não um meio de graça que opera *ex opere operato* (pela própria execução do ato).

Historicamente, quatro concepções principais se desenvolveram: (1) a transubstanciação católica romana; (2) a consubstanciação luterana; (3) a presença espiritual calvinista; e (4) a visão memorial zwingliana. A posição das Assembleias de Deus não se confunde com o memorialismo de Zuínglio, que esvazia o rito de qualquer participação real. A Declaração de Fé rejeita o termo "sacramento" e ensina que as palavras de Jesus sobre o pão e o cálice são linguagem metafórica, e não literal (Capítulo XIII); ao mesmo tempo, apresenta a Ceia como "o rito da comunhão" e cita expressamente 1 Coríntios 10:16 — "o cálice de bênção que abençoamos não é a comunhão do sangue de Cristo?". Nem transubstanciação, portanto, nem mero símbolo: memorial obediente, comunhão espiritual real e proclamação da morte do Senhor "até que venha".

O que as Escrituras exigem é autoexame (1 Coríntios 11:28), discernimento do corpo (v. 29) e uma atitude de reverência e gratidão pelo sacrifício de Cristo.

Conclusão

A Santa Ceia é muito mais que um ritual religioso. É memorial do sacrifício de Cristo, comunhão do corpo, proclamação do evangelho e antecipação das bodas do Cordeiro. Para o crente assembleiano, participar da Ceia é um ato de obediência e um privilégio espiritual.

Que cada celebração da Ceia do Senhor nos encontre examinados, reconciliados e com os olhos fitos na cruz — e na promessa: "até que venha".

Referências

BÍBLIA. A. T. Êxodo. In: BÍBLIA. Português. Almeida Corrigida Fiel. São Paulo: Sociedade Bíblica Trinitariana do Brasil, 2007. Êxodo 12.

BÍBLIA. N. T. Mateus. In: BÍBLIA. Português. Almeida Corrigida Fiel. São Paulo: Sociedade Bíblica Trinitariana do Brasil, 2007. Mateus 26.

BÍBLIA. N. T. Lucas. In: BÍBLIA. Português. Almeida Corrigida Fiel. São Paulo: Sociedade Bíblica Trinitariana do Brasil, 2007. Lucas 22.

BÍBLIA. N. T. João. In: BÍBLIA. Português. Almeida Corrigida Fiel. São Paulo: Sociedade Bíblica Trinitariana do Brasil, 2007. João 1.

BÍBLIA. N. T. Atos dos Apóstolos. In: BÍBLIA. Português. Almeida Corrigida Fiel. São Paulo: Sociedade Bíblica Trinitariana do Brasil, 2007. Atos 2.

BÍBLIA. N. T. 1 Coríntios. In: BÍBLIA. Português. Almeida Corrigida Fiel. São Paulo: Sociedade Bíblica Trinitariana do Brasil, 2007. 1 Coríntios 10; 1 Coríntios 11.

BÍBLIA. N. T. Hebreus. In: BÍBLIA. Português. Almeida Corrigida Fiel. São Paulo: Sociedade Bíblica Trinitariana do Brasil, 2007. Hebreus 9; Hebreus 10.

BÍBLIA. N. T. Apocalipse. In: BÍBLIA. Português. Almeida Corrigida Fiel. São Paulo: Sociedade Bíblica Trinitariana do Brasil, 2007. Apocalipse 19.

DECLARAÇÃO DE FÉ das Assembleias de Deus. Rio de Janeiro: CPAD, 2017. Capítulo XIII.

SANTOS, Roberto dos Reis. **A Santa Ceia**. Rio de Janeiro: CPAD, 2005.

A Forma de Governo da Igreja: Organização, Ministério e Oficiais

Graça & Verdade · 21 de setembro de 2026 · 10 min de leitura

Este artigo examina a forma de governo da Igreja à luz das Sagradas Escrituras (versão Almeida Corrigida Fiel) e da Declaração de Fé das Assembleias de Deus (Capítulo XIV), abordando o princípio da autoridade, a organização da Igreja no Novo Testamento, o ministério eclesiástico, e os oficiais constituídos — pastores e evangelistas, presbíteros, diáconos e cooperadores — com seus respectivos requisitos bíblicos. Conclui-se que a Igreja é um organismo vivo e, ao mesmo tempo, uma organização, cujo governo é exercido por obreiros consagrados sob a autoridade de Cristo, conforme o modelo das Escrituras.

"Toda a alma esteja sujeita às potestades superiores; porque não há potestade que não venha de Deus; e as potestades que há foram ordenadas por Deus" (Romanos 13:1). A autoridade é um princípio que perpassa toda a criação: existe hierarquia no céu, na terra e também na Igreja, pois todos estamos sob autoridade e todos prestamos contas a alguém. O próprio Senhor Jesus declarou: "Porque eu desci do céu, não para fazer a minha vontade, mas a vontade daquele que me enviou" (João 6:38).

A **Declaração de Fé das Assembleias de Deus**, em seu Capítulo XIV, ensina que a forma de governo da Igreja é bíblica e define quem exerce autoridade no serviço do culto coletivo e nas questões doutrinárias e administrativas. Este artigo propõe-se a examinar, à luz da Palavra de Deus, a organização da Igreja, o seu ministério e os seus oficiais — pastores, evangelistas, presbíteros, diáconos e cooperadores —, demonstrando que o modelo assembleiano tem por base as Sagradas Escrituras.

O Princípio da Autoridade e a Organização da Igreja

A Igreja é, ao mesmo tempo, um organismo vivo — por sua natureza espiritual — e uma organização, pois as primeiras comunidades cristãs já possuíam estrutura organizacional. No dia de Pentecostes, os discípulos estavam "todos concordemente no mesmo lugar" (Atos 2:1), e a igreja primitiva perseverava "na doutrina dos apóstolos, e na comunhão, e no partir do pão, e nas orações" (Atos 2:42). A organização se desenvolveu rapidamente: os apóstolos separaram sete homens para o diaconato (Atos 6:3); Paulo e Barnabé, juntamente com as igrejas, elegeram anciãos "em cada igreja" (Atos 14:23); e Tito foi deixado em Creta para que "de cidade em cidade estabelecesses presbíteros" (Tito 1:5).

O Novo Testamento registra ainda a existência de bispos e diáconos em Filipos (Filipenses 1:1) e de anciãos na igreja de Éfeso (Atos 20:17). Havia também o que hoje chamaríamos de disciplina eclesiástica (1 Coríntios 5:2-5), pessoas designadas para cuidar das finanças e levantar recursos para a obra (Romanos 15:25-27; 1 Coríntios 16:1-2), e crentes que viajavam portando cartas de recomendação (Romanos 16:1-2). Tudo isso demonstra que a Igreja, desde os seus primórdios, foi organizada sob autoridade espiritual e administrativa.

O Ministério da Igreja

O termo "ministério" é amplo nas Escrituras e refere-se ao desempenho de um serviço religioso especial, como o dos sacerdotes, o dos profetas e o dos apóstolos. A Igreja, como corpo de Cristo, reconhece que o Espírito Santo levanta e capacita pessoas para os diversos ministérios: "E há diversidade de ministérios, mas o Senhor é o mesmo" (1 Coríntios 12:5). O Senhor Jesus prepara os seus escolhidos "para a obra do ministério, para edificação do corpo de Cristo" (Efésios 4:12).

Todos os que cooperam na Igreja são servos, cujo propósito é servir a Deus e ao seu povo para o aperfeiçoamento dos santos. O apóstolo Paulo descreve o ministro como despenseiro e obreiro do evangelho, e exorta: "cumpre o teu ministério" (2 Timóteo 4:5). Para a consagração de obreiros, a Igreja observa, entre outros requisitos, a experiência do batismo no Espírito Santo e a imposição de mãos do presbitério (1 Timóteo 4:14), conforme o modelo neotestamentário.

Pastores e Evangelistas

Pastores e evangelistas são geralmente identificados como "ministros do evangelho". O pastor é alguém consagrado para exercer a função de apascentador do rebanho de Deus: "Olhai, pois, por vós e por todo o rebanho sobre que o Espírito Santo vos constituiu bispos, para apascentardes a igreja de Deus, que ele resgatou com seu próprio sangue" (Atos 20:28). Apascentar é alimentar com a Palavra, cuidar e proteger o rebanho. São ordenadas para esse ministério pessoas com reconhecido chamado de Deus e verdadeira capacitação bíblica, cuja vida de dedicação e compromisso com a obra seja comprovada publicamente.

O pastor é o "anjo da igreja" (Apocalipse 2:1), a quem o Senhor Jesus Cristo delegou autoridade espiritual. Embora seja comum haver muitos pastores numa mesma igreja, apenas um deles é o pastor-presidente. O autor de Hebreus exorta: "Obedecei a vossos pastores, e sujeitai-vos a eles; porque velam por vossas almas, como aqueles que hão de dar conta delas" (Hebreus 13:17). Os evangelistas, por sua vez, são homens separados para o ministério do crescimento da Igreja, como proclamadores das boas-novas de salvação. Pastores auxiliares e evangelistas cooperam com o pastor-presidente nas igrejas e congregações.

Os Presbíteros

Os termos "ancião", "presbítero" e "bispo" são sinônimos no Novo Testamento. Em Éfeso, Paulo mandou "chamar os anciãos da igreja" e os descreveu como aqueles a quem "o Espírito Santo vos constituiu bispos" (Atos 20:17,28). O apóstolo Pedro apresentou-se como "presbítero com eles" (1 Pedro 5:1), e João escreveu como "o presbítero ao amado Gaio" (3 João 1:1). Presbíteros e diáconos são cargos locais, consagrados nas igrejas locais, e os presbíteros são auxiliares dos pastores, constituindo o corpo auxiliar no governo da Igreja.

O exercício do presbiterato exige os requisitos bíblicos: "Convém, pois, que o bispo seja irrepreensível, marido de uma mulher, vigilante, sóbrio, honesto, hospitaleiro, apto para ensinar; não dado ao vinho, não espancador, não cobiçoso de torpe ganância, mas moderado, não contencioso, não avarento" (1 Timóteo 3:2-3). Acrescentam-se o bom governo da própria casa (1 Timóteo 3:4), a maturidade espiritual — "não neófito" (1 Timóteo 3:6) — e o bom testemunho dos de fora (1 Timóteo 3:7). Paulo reitera essas instruções a Tito (Tito 1:6-8). Os presbíteros que governam bem são dignos de duplicada honra (1 Timóteo 5:17).

Os Diáconos

Os diáconos são pessoas separadas oficialmente perante a Igreja para a função de servir nas atividades eclesiais. O modelo bíblico está em Atos 6, quando os apóstolos orientaram: "Escolhei, pois, irmãos, dentre vós, sete homens de boa reputação, cheios do Espírito Santo e de sabedoria, aos quais constituamos sobre este importante negócio" (Atos 6:3). Eles cooperam na ordem do culto, na distribuição dos emblemas da Ceia do Senhor, no ensino e em diversos outros trabalhos, desde que autorizados por seus superiores.

As qualificações dos diáconos são claras: devem ser "honestos, não de língua dobre, não dados a muito vinho, não cobiçosos de torpe ganância, guardando o mistério da fé numa consciência pura" (1 Timóteo 3:8-9), sendo "maridos de uma só mulher, e governem bem a seus filhos e suas próprias casas" (1 Timóteo 3:12). Antes de servirem, devem ser provados (1 Timóteo 3:10). O trabalho do diácono é digno de louvor: "os que servirem bem como diáconos adquirirão para si uma boa posição e muita confiança na fé que há em Cristo Jesus" (1 Timóteo 3:13).

Os Cooperadores

O termo "cooperador" é amplo no Novo Testamento e aplica-se a qualquer cargo ou função eclesial: "Porque nós somos cooperadores de Deus" (1 Coríntios 3:9). João Marcos, o autor do Evangelho, serviu como assistente de Paulo e Barnabé na primeira viagem missionária e é chamado de cooperador: "tinham também a João como cooperador" (Atos 13:5). Os cooperadores são apresentados em reuniões apropriadas da Igreja e, em muitos lugares, são chamados auxiliares ou trabalhadores.

São convertidos a Cristo que se colocam à disposição do ministério local para atuar na sua obra, atendendo voluntariamente às atividades eclesiais sem estarem limitados às rotinas de uma só função. Todos — pastores, evangelistas, presbíteros, diáconos e cooperadores — são, antes de tudo, servos, pois "nós somos cooperadores de Deus" (1 Coríntios 3:9). A obra é de Deus, e cada obreiro é um instrumento nas suas mãos para a edificação do corpo de Cristo.

As Convenções e a Unidade da Igreja

Na estrutura assembleiana, as convenções exercem um papel importante. O seu propósito é promover a moderação, a paz, a harmonia, a união e o intercâmbio entre as igrejas, bem como zelar pela observância da doutrina bíblica e incentivar a pregação do evangelho. Pastores e evangelistas são indicados por ministérios locais em convenções e ordenados perante a Igreja. O pastor-presidente é geralmente indicado por seu antecessor, podendo haver também eleição por aclamação ou voto secreto, conforme as normas estatutárias de cada igreja.

Embora cada igreja local tenha autoridade espiritual e administrativa interna, todas pertencem ao mesmo corpo de Cristo. A unidade da Igreja não anula a diversidade de dons e ministérios: "há diversidade de ministérios, mas o Senhor é o mesmo" (1 Coríntios 12:5). Assim, sob a autoridade de Cristo, que é a cabeça da Igreja, os oficiais e as convenções trabalham em cooperação, "para a obra do ministério, para edificação do corpo de Cristo" (Efésios 4:12).

Conclusão

Este artigo demonstrou, à luz da Bíblia e da Declaração de Fé das Assembleias de Deus, que: (1) existe autoridade na Igreja, estabelecida por Deus e exercida conforme as Escrituras; (2) a Igreja é organismo vivo e, ao mesmo tempo, uma organização com estrutura neotestamentária; (3) o ministério é o serviço especial a Deus e ao seu povo, levantado e capacitado pelo Espírito Santo; (4) os oficiais são pastores e evangelistas, presbíteros, diáconos e cooperadores, cada um com requisitos bíblicos claros; e (5) as convenções promovem a unidade, a paz e a sã doutrina entre as igrejas.

O governo da Igreja, portanto, não é uma invenção humana, mas uma ordenança divina para o bom funcionamento do corpo de Cristo. Que cada obreiro exerça o seu ministério com fidelidade, "Nem como tendo domínio sobre a herança de Deus, mas servindo de exemplo ao rebanho" (1 Pedro 5:3), e que cada crente honre e ore pelos seus líderes, "porque velam por vossas almas" (Hebreus 13:17), até que venha o Supremo Pastor, Jesus Cristo, que recompensará a cada um segundo as suas obras. Amém.

Referências

- BÍBLIA. Português. **Almeida Corrigida Fiel**. São Paulo: Sociedade Bíblica Trinitariana do Brasil, 2007.

- BÍBLIA. N. T. João. In: BÍBLIA. Almeida Corrigida Fiel. 2007. João 6.
- BÍBLIA. N. T. Atos. In: BÍBLIA. Almeida Corrigida Fiel. 2007. Atos 2; 6; 13; 14; 20.
- BÍBLIA. N. T. Romanos. In: BÍBLIA. Almeida Corrigida Fiel. 2007. Romanos 13; 15; 16.
- BÍBLIA. N. T. 1 Coríntios. In: BÍBLIA. Almeida Corrigida Fiel. 2007. 1 Coríntios 3; 5; 12; 16.
- BÍBLIA. N. T. Efésios. In: BÍBLIA. Almeida Corrigida Fiel. 2007. Efésios 4.
- BÍBLIA. N. T. Filipenses. In: BÍBLIA. Almeida Corrigida Fiel. 2007. Filipenses 1.
- BÍBLIA. N. T. 1 Timóteo. In: BÍBLIA. Almeida Corrigida Fiel. 2007. 1 Timóteo 3; 4; 5.
- BÍBLIA. N. T. 2 Timóteo. In: BÍBLIA. Almeida Corrigida Fiel. 2007. 2 Timóteo 4.
- BÍBLIA. N. T. Tito. In: BÍBLIA. Almeida Corrigida Fiel. 2007. Tito 1.
- BÍBLIA. N. T. Hebreus. In: BÍBLIA. Almeida Corrigida Fiel. 2007. Hebreus 13.
- BÍBLIA. N. T. 1 Pedro. In: BÍBLIA. Almeida Corrigida Fiel. 2007. 1 Pedro 5.
- BÍBLIA. N. T. 3 João. In: BÍBLIA. Almeida Corrigida Fiel. 2007. 3 João 1.
- BÍBLIA. N. T. Apocalipse. In: BÍBLIA. Almeida Corrigida Fiel. 2007. Apocalipse 2.
- DECLARAÇÃO DE FÉ das Assembleias de Deus. Rio de Janeiro: CPAD, 2017. Capítulo XIV: Sobre a Forma de Governo.

A Verdadeira Adoração: O Culto Cristão e Seus Elementos à Luz das Escrituras

Graça & Verdade · 24 de setembro de 2026 · 12 min de leitura

Este artigo examina a verdadeira adoração à luz das Sagradas Escrituras (versão Almeida Corrigida Fiel) e da Declaração de Fé das Assembleias de Deus (Capítulo XV), abordando a natureza da adoração como serviço sagrado, culto e reverência a Deus, a adoração pública e coletiva, a adoração individual, os elementos do culto cristão, a oração e o jejum. Conclui-se que a adoração genuína é aquela que nasce no coração e se expressa em espírito e em verdade, para a glória de Deus e a edificação do corpo de Cristo.

"Mas a hora vem, e agora é, em que os verdadeiros adoradores adorarão o Pai em espírito e em verdade; porque o Pai procura a tais que assim o adorem" (João 4:23). A adoração é a vocação suprema da criatura para com o seu Criador: fomos feitos para glorificar a Deus e para nos deleitarmos nEle. Diante da tentação de receber os reinos do mundo, o Senhor Jesus respondeu com a Escritura: "Vai-te, Satanás, porque está escrito: Ao Senhor teu Deus adorarás, e só a ele servirás" (Mateus 4:10).

A Declaração de Fé das Assembleias de Deus, em seu Capítulo XV, ensina que a adoração é "serviço sagrado, culto, reverência a Deus por aquilo que Ele é e por suas obras". Este artigo propõe-se a examinar, à luz da Palavra de Deus, a natureza da verdadeira adoração, as suas dimensões pública e individual, os elementos do culto cristão e as disciplinas da oração e do jejum, demonstrando que o modelo de culto assembleiano tem por fundamento as Sagradas Escrituras.

A Natureza da Adoração: Serviço Sagrado, Culto e Reverência

A adoração é serviço sagrado, culto e reverência a Deus por aquilo que Ele é e por suas obras. O verbo adorar, na Escritura, não se limita a um momento de louvor, mas abrange toda a vida entregue ao Senhor: "Ao Senhor, teu Deus, adorarás e só a ele servirás" (Mateus 4:10). O salmista expressa esse anseio do coração: "Quando tu disseste: Buscai o meu rosto; o meu coração disse a ti: O teu rosto, Senhor, buscarei" (Salmos 27:8).

Seguimos o modelo bíblico da adoração cristã sem nenhuma representação visual, pois Deus falou ao povo "do meio do fogo; a voz das palavras ouvistes; porém, além da voz, não viste figura alguma" (Deuteronômio 4:12). Isso inclui as coisas que estão nos céus e na terra, como manda o segundo mandamento do Decálogo. Tal postura se faz necessária em razão da reverência devida

a Deus, pois "Deus é Espírito, e importa que os que o adoram o adorem em espírito e em verdade" (João 4:24). Assim, prestamos nossa adoração e nosso louvor em termos espirituais e imateriais, sem o uso de imagens de escultura ou de qualquer outro tipo de representação.

Entendemos que a adoração é o nosso reconhecimento de que Deus é digno de ser adorado, como resposta humana à natureza divina. Ela não pode ser dirigida a anjos ou a homens, pois o Senhor declara: "E a minha glória não a darei a outrem" (Isaías 48:11). Toda a glória pertence somente a Deus.

A Adoração Pública e Coletiva

Reunimo-nos como corpo de Cristo para a adoração pública ao Deus Trino. O Senhor Jesus prometeu: "Porque, onde estiverem dois ou três reunidos em meu nome, aí estou eu no meio deles" (Mateus 18:20). A adoração pública é a atividade de glorificar a Deus em coletividade e serve também para a comunhão, o despertamento, a exortação e a edificação da Igreja.

Essa adoração pública é realizada com ordem e decência, para que os descrentes reconheçam a presença de Deus no culto e para que somente Deus seja adorado no culto da Igreja. O apóstolo Paulo mostra o efeito dessa adoração ordenada sobre o visitante: "os segredos do seu coração ficam manifestos, e assim, lançando-se sobre o seu rosto, adorará a Deus, publicando que Deus está verdadeiramente entre vós" (1 Coríntios 14:25). Na adoração pública, a oração, os cânticos, o ofertório, a pregação e o exercício dos dons espirituais servem "para que em tudo Deus seja glorificado por Jesus Cristo, a quem pertence a glória e poder para todo o sempre. Amém" (1 Pedro 4:11).

A adoração pública é, portanto, um encontro com Deus em forma de diálogo: nós conversamos com Ele por meio das orações, dos cânticos e das ofertas, e Deus fala conosco por meio da sua Palavra, na pregação e no ensino, e das manifestações dos dons espirituais.

A Adoração Individual

Adoramos a Deus como crentes individualmente e em todo o tempo, pois "a hora vem, e agora é, em que os verdadeiros adoradores adorarão o Pai em espírito e em verdade; porque o Pai procura a tais que assim o adorem" (João 4:23). A verdadeira adoração nasce no coração e é expressa com obediência à vontade de Deus, sendo percebida pelo testemunho individual que glorifica ao Senhor da Igreja: "Assim resplandeça a vossa luz diante dos homens, para que vejam as vossas boas obras e glorifiquem a vosso Pai, que está nos céus" (Mateus 5:16).

Negamos que a adoração e a espiritualidade de alguém possam ser medidas, percebidas ou avaliadas exclusivamente pelo exercício dos dons espirituais. A adoração é uma atividade espiritual que precisa ser efetuada pelo poder e fruto do Espírito Santo na formação do caráter cristão na vida do adorador. Por isso, rejeitamos a hipocrisia e toda a aparência de piedade, pois

o Senhor adverte: "Este povo se aproxima de mim com a sua boca e me honra com os seus lábios, mas o seu coração está longe de mim" (Mateus 15:8). Na adoração individual, buscamos a santificação pessoal, servindo a Deus de modo agradável, com reverência e santo temor: "retenhamos a graça, pela qual sirvamos a Deus agradavelmente, com reverência e piedade" (Hebreus 12:28).

Os Elementos do Culto

Havia diversos elementos na adoração dos tempos do Antigo Testamento, como a oração, o sacrifício, a oferta, o louvor e o cântico. Fazia parte da liturgia judaica nas sinagogas do primeiro século d.C. a oração antifona do *Shema* ("ouve"), a confissão de fé dos judeus, a leitura bíblica e a exortação. Nossa liturgia, porém, é simples e pentecostal, conforme o modelo do Novo Testamento: "Que fareis pois, irmãos? Quando vos ajuntais, cada um de vós tem salmo, tem doutrina, tem revelação, tem língua, tem interpretação. Faça-se tudo para edificação" (1 Coríntios 14:26).

Ela consiste em oração, louvor, leitura bíblica, exposição das Escrituras Sagradas ou testemunho e contribuição financeira, ou seja, ofertas e dízimos. Entendemos que a adoração está incompleta na falta de pelo menos um desses elementos, exceto se as circunstâncias forem desfavoráveis ou contrárias. O cântico ocupa lugar central, pois a Palavra de Cristo deve habitar em nós "com salmos, hinos e cânticos espirituais, cantando ao Senhor com graça em vosso coração" (Colossenses 3:16), e o convite permanece: "Entraí pelas portas dele com gratidão, e em seus átrios com louvor" (Salmos 100:4).

Toda a liturgia deve ser conduzida em ordem: "Mas faça-se tudo decentemente e com ordem" (1 Coríntios 14:40), "porque Deus não é Deus de confusão, senão de paz, como em todas as igrejas dos santos" (1 Coríntios 14:33). É com essa disposição que nos prostramos: "Ó, vinde, adoremos e prostremo-nos; ajoelhemos diante do Senhor que nos criou" (Salmos 95:6).

A Oração

Oração é o ato consciente pelo qual a pessoa se dirige a Deus para se comunicar com Ele e buscar a sua ajuda, por meio de palavra ou pensamento. Temos diversas reuniões de oração e é nosso hábito a vida de oração: "Orai sem cessar" (1 Tessalonicenses 5:17). Nessa oração, individual e privativa ou congregacional, apresentamos a Deus nossa gratidão e nossas petições. O Senhor Jesus nos ensinou a orar ao Pai em secreto: "Mas tu, quando orares, entra no teu aposento e, fechando a tua porta, ora a teu Pai que está em secreto; e teu Pai, que vê em secreto, te recompensará publicamente" (Mateus 6:6).

Cremos no poder da oração: "A oração feita por um justo pode muito em seus efeitos" (Tiago 5:16). Oramos pelas famílias, em favor de nossos pastores e líderes, pelos missionários, pela salvação de todas as pessoas e em favor das autoridades constituídas: "Admoesto-te, pois, antes

de tudo, que se façam deprecações, orações, intercessões, e ações de graças, por todos os homens; pelos reis, e por todos os que estão em eminência, para que tenhamos uma vida quieta e sossegada, em toda a piedade e honestidade" (1 Timóteo 2:1-2). Oramos também pela nação de Israel e por Jerusalém: "Orai pela paz de Jerusalém; prosperarão aqueles que te amam" (Salmos 122:6), em favor dos enfermos, pelos presos e por diversos tipos de milagres, pois Deus "é poderoso para fazer tudo muito mais abundantemente além daquilo que pedimos ou pensamos, segundo o poder que em nós opera" (Efésios 3:20).

A oração deve ser constante e no Espírito: "Orando em todo o tempo com toda a oração e súplica no Espírito, e vigiando nisto com toda a perseverança e súplica por todos os santos" (Efésios 6:18). O exemplo da igreja primitiva nos ensina a orar uns pelos outros, sobretudo pelos que sofrem: "Pedro, pois, era guardado na prisão; mas a igreja fazia contínua oração por ele a Deus" (Atos 12:5). É do agrado de Deus a oração dos seus santos; ela é usada metaforicamente como incenso que sobe diante de Deus num incensário.

O Jejum

O jejum é uma prática frequente entre nós, na vida diária dos crentes individualmente e também em reuniões de culto, com objetivo específico, como acontecia nos tempos bíblicos: "Santificai um jejum, convocai uma assembléia solene, congregai os anciãos, e todos os moradores desta terra, na casa do Senhor vosso Deus, e clamai ao Senhor" (Joel 1:14). A igreja de Antioquia jejuava enquanto servia ao Senhor: "E, servindo eles ao Senhor, e jejuando, disse o Espírito Santo: Apartai-me a Barnabé e a Saulo para a obra a que os tenho chamado. Então, jejuando e orando, e pondo sobre eles as mãos, os despediram" (Atos 13:2-3).

O jejum bíblico é a abstinência de alimento, acompanhada de uma atitude pessoal de contrição, dedicação e devoção, por certo tempo, com o propósito de afastar-se para buscar a Deus e dedicar-se a Ele de maneira exclusiva. Moisés, Elias e Jesus jejuaram quarenta dias e quarenta noites. Trata-se de um ato voluntário, de acordo com a necessidade de cada irmão ou irmã, cujo tempo de consagração é de decisão pessoal, envolvendo horas ou até mesmo dias.

O jejum pode ser absoluto ou parcial. É absoluto quando a abstenção envolve não comer e não beber; nesse caso as Escrituras são específicas: "Vai, ajunta a todos os judeus que se acharem em Susã, e jejuai por mim, e não comais nem bebais por três dias, nem de dia nem de noite" (Ester 4:16). Assim foi o jejum de Saulo de Tarso quando se encontrou com Jesus: "E esteve três dias sem ver, e não comeu nem bebeu" (Atos 9:9). O jejum parcial é, geralmente, a abstenção apenas de alimento sólido. O ato de jejuar é sempre acompanhado de oração, pois orar e jejuar andam juntos na vida dos que buscam ao Senhor.

Conclusão

Este artigo demonstrou, à luz da Bíblia e da Declaração de Fé das Assembleias de Deus, que: (1) a adoração é serviço sagrado, culto e reverência a Deus por aquilo que Ele é e por suas obras, prestada somente a Ele e sem o uso de imagens; (2) a adoração pública é o encontro coletivo do corpo de Cristo com o Deus Trino, para a sua glória e a edificação da Igreja; (3) a adoração individual nasce no coração e se expressa em obediência, testemunho e santidade; (4) os elementos do culto — oração, louvor, leitura, exposição da Palavra e contribuição — devem ser realizados com ordem e decência; (5) a oração é o meio de comunhão com Deus, poderosa em seus efeitos; e (6) o jejum é uma disciplina voluntária de consagração que acompanha a oração na busca do Senhor.

A verdadeira adoração, portanto, não é mera forma exterior, mas a rendição de todo o ser a Deus em espírito e em verdade. Que o nosso culto seja aceitável diante do Senhor, que as nossas orações subam como incenso ao seu trono e que o nosso jejum seja consagração sincera, até que nos prostremos diante dAquele que é digno de receber a glória, e a honra, e o poder, para todo o sempre. Amém.

Referências

- BÍBLIA. Português. **Almeida Corrigida Fiel**. São Paulo: Sociedade Bíblica Trinitariana do Brasil, 2007.
- BÍBLIA. A. T. Deuteronômio. In: BÍBLIA. Almeida Corrigida Fiel. 2007. Deuteronômio 4.
- BÍBLIA. A. T. Salmos. In: BÍBLIA. Almeida Corrigida Fiel. 2007. Salmos 27; 95; 100; 122.
- BÍBLIA. A. T. Isaías. In: BÍBLIA. Almeida Corrigida Fiel. 2007. Isaías 48.
- BÍBLIA. A. T. Ester. In: BÍBLIA. Almeida Corrigida Fiel. 2007. Ester 4.
- BÍBLIA. A. T. Joel. In: BÍBLIA. Almeida Corrigida Fiel. 2007. Joel 1.
- BÍBLIA. N. T. Mateus. In: BÍBLIA. Almeida Corrigida Fiel. 2007. Mateus 4; 5; 6; 15; 18.
- BÍBLIA. N. T. João. In: BÍBLIA. Almeida Corrigida Fiel. 2007. João 4.
- BÍBLIA. N. T. Atos. In: BÍBLIA. Almeida Corrigida Fiel. 2007. Atos 9; 12; 13.
- BÍBLIA. N. T. 1 Coríntios. In: BÍBLIA. Almeida Corrigida Fiel. 2007. 1 Coríntios 14.
- BÍBLIA. N. T. Efésios. In: BÍBLIA. Almeida Corrigida Fiel. 2007. Efésios 3; 6.
- BÍBLIA. N. T. Colossenses. In: BÍBLIA. Almeida Corrigida Fiel. 2007. Colossenses 3.
- BÍBLIA. N. T. 1 Tessalonicenses. In: BÍBLIA. Almeida Corrigida Fiel. 2007. 1 Tessalonicenses 5.
- BÍBLIA. N. T. 1 Timóteo. In: BÍBLIA. Almeida Corrigida Fiel. 2007. 1 Timóteo 2.
- BÍBLIA. N. T. Hebreus. In: BÍBLIA. Almeida Corrigida Fiel. 2007. Hebreus 12.
- BÍBLIA. N. T. Tiago. In: BÍBLIA. Almeida Corrigida Fiel. 2007. Tiago 5.
- BÍBLIA. N. T. 1 Pedro. In: BÍBLIA. Almeida Corrigida Fiel. 2007. 1 Pedro 4.

- DECLARAÇÃO DE FÉ das Assembleias de Deus. Rio de Janeiro: CPAD, 2017. Capítulo XV: Sobre a Verdadeira Adoração.

As Funções e o Papel do Pastor nos Dias de Hoje

Graça & Verdade · 25 de junho de 2026 · 14 min de leitura

Este artigo examina as funções e o papel do pastor cristão na contemporaneidade, fundamentado exclusivamente nas Escrituras Sagradas. A partir do modelo de Jesus Cristo como o Bom Pastor, analisa as qualificações bíblicas e os desafios do ministério pastoral.

Resumo

Este artigo examina as funções e o papel do pastor cristão na contemporaneidade, fundamentado exclusivamente nas Escrituras Sagradas, tendo por base a versão Almeida Corrigida Fiel (ACF). A partir do modelo de Jesus Cristo como o Bom Pastor (João 10), são analisadas as qualificações bíblicas para o episcopado (1 Timóteo 3; Tito 1), as funções essenciais do ministério pastoral — apascentar pela Palavra, proteger o rebanho, cuidar com amor, liderar com exemplo e equipar os santos —, bem como as advertências proféticas contra os maus pastores (Jeremias 23; Ezequiel 34). Conclui-se que, diante dos desafios do século XXI, o pastorado bíblico necessita não de reinvenção, mas de restauração aos fundamentos estabelecidos nas Escrituras.

O pastorado é uma das instituições mais antigas da história humana, cujas raízes remontam ao próprio Deus, que Se revela nas Escrituras como o Pastor do Seu povo. Desde o Antigo Testamento até ao Novo Testamento, a figura do pastor é ricamente desenvolvida como metáfora da liderança espiritual, culminando na pessoa de Jesus Cristo, que Se declara "o bom Pastor" (João 10:11). Nos dias de hoje, em meio a uma sociedade marcada por relativismo moral, pluralismo religioso, crises de identidade e fragmentação comunitária, compreender o papel e as funções do pastor à luz da Bíblia torna-se não apenas relevante, mas urgente.

Este artigo propõe-se a examinar, exclusivamente com base nas Escrituras Sagradas (versão Almeida Corrigida Fiel), as principais funções do pastor cristão e o seu papel na igreja contemporânea. A pergunta central que guia esta reflexão é: o que a Bíblia ensina acerca do ministério pastoral e como esses ensinamentos se aplicam ao contexto atual?

O artigo estrutura-se em três grandes eixos: primeiramente, analisa-se o modelo supremo de pastorado — Cristo, o Bom Pastor; em seguida, apresentam-se as funções e qualificações bíblicas do ministro; por fim, discutem-se as advertências e os desafios enfrentados pelos pastores na presente era.

2.1 Cristo, o Modelo Supremo de Pastor

O fundamento de todo o ministério pastoral cristão encontra-se na pessoa de Jesus Cristo. Em João 10, o Senhor apresenta-Se como "o bom Pastor" e delinea as marcas distintivas do verdadeiro pastorado. A primeira dessas marcas é o amor sacrificial: "o bom Pastor dá a sua vida pelas ovelhas" (João 10:11). Diferentemente do mercenário, que foge diante do perigo porque "não tem cuidado das ovelhas" (João 10:13), Cristo entrega-Se plenamente por aqueles que Lhe pertencem.

A segunda marca é o conhecimento pessoal e íntimo das ovelhas: "Eu sou o bom Pastor, e conheço as minhas ovelhas, e das minhas sou conhecido" (João 10:14). O pastoreio bíblico não é uma função impessoal ou meramente administrativa; é uma relação viva entre o pastor e o rebanho, na qual as ovelhas reconhecem a voz do seu pastor e o seguem voluntariamente (João 10:3-4). Este princípio relacional é essencial para qualquer ministério pastoral genuíno.

A terceira marca é a provisão de vida abundante: "eu vim para que tenham vida, e a tenham com abundância" (João 10:10). O pastor não é um explorador do rebanho, mas um canal da vida divina para as ovelhas. Cristo também declara ser "a porta das ovelhas" (João 10:7), indicando que Ele é o único meio de acesso à salvação e à segurança espiritual.

Por fim, o Salmo 23 apresenta uma síntese poética e teológica do cuidado pastoral de Deus: "O SENHOR é o meu pastor, nada me faltará" (Salmo 23:1). Neste salmo, o Pastor divino provê descanso ("deitar-me faz em verdes pastos"), orientação ("guia-me mansamente a águas tranquilas"), restauração ("refrigera a minha alma"), direção ("guia-me pelas veredas da justiça"), proteção em meio ao perigo ("ainda que eu andasse pelo vale da sombra da morte"), conforto ("a tua vara e o teu cajado me consolam") e comunhão permanente ("habitarei na casa do Senhor por longos dias"). Todo pastor cristão é chamado a refletir, ainda que imperfeitamente, esse modelo do Pastor divino.

2.2 Origem e Propósito do Ministério Pastoral

O apóstolo Paulo, em Efésios 4, ensina que o ministério pastoral é um dom concedido por Cristo à Sua Igreja: "E ele mesmo deu uns para apóstolos, e outros para profetas, e outros para evangelistas, e outros para pastores e doutores" (Efésios 4:11). O propósito deste dom é tríplice: (1) "o aperfeiçoamento dos santos"; (2) "a obra do ministério"; e (3) "a edificação do corpo de Cristo" (Efésios 4:12). O objetivo final é que todos os crentes cheguem "à unidade da fé, e ao conhecimento do Filho de Deus, a homem perfeito, à medida da estatura completa de Cristo" (Efésios 4:13).

Portanto, o pastor não é um mero administrador religioso ou um executivo eclesiástico. Ele é um presente de Cristo à igreja com a missão de equipar os santos para o serviço cristão e promover o crescimento espiritual coletivo. Esta visão afasta tanto o clericalismo centralizador quanto o secularismo que reduz o pastor a um gestor organizacional.

Em Atos 20, Paulo reforça a origem divina do ministério pastoral ao dirigir-se aos anciãos (presbíteros/bispos) de Éfeso: "Olhai, pois, por vós, e por todo o rebanho sobre que o Espírito Santo vos constituiu bispos, para apascentardes a igreja de Deus, que ele resgatou com seu próprio sangue" (Atos 20:28). Aqui, três verdades são destacadas: o pastor é constituído pelo Espírito Santo, não meramente por eleição humana; o rebanho pertence a Deus, não ao pastor; e o valor do rebanho é inestimável, pois foi comprado com o sangue de Cristo. O pastor é, portanto, um mordomo e despenseiro, não um proprietário.

2.3 As Funções Essenciais do Pastor

Com base nas Escrituras, podem-se identificar pelo menos cinco funções fundamentais do ministério pastoral.

A primeira função é apascentar pela Palavra, por meio da pregação e do ensino. O pastor é, primariamente, um ministro da Palavra. Paulo exorta Timóteo solenemente: "Conjuro-te, pois, diante de Deus... que pregues a palavra, instes a tempo e fora de tempo, redarguas, repreendas, exortes, com toda a longanimidade e doutrina" (2 Timóteo 4:1-2). O pastor deve alimentar o rebanho com a sã doutrina, sendo "apto para ensinar" (1 Timóteo 3:2) e "retendo firme a fiel palavra, que é conforme a doutrina, para que seja poderoso, tanto para admoestar com a sã doutrina, como para convencer os contradizentes" (Tito 1:9). A pregação expositiva e o ensino sistemático das Escrituras são a dieta espiritual indispensável para a saúde da igreja.

A segunda função é proteger o rebanho. O pastor é também um guarda. Paulo alerta os anciãos de Éfeso: "depois da minha partida, entrarão no meio de vós lobos cruéis, que não pouparão ao rebanho; e que de entre vós mesmos se levantarão homens que falarão coisas perversas" (Atos 20:29-30). O pastor deve estar vigilante contra falsas doutrinas, heresias e ensinos que distorcem o evangelho. Esta função protetora exige discernimento espiritual, coragem para confrontar o erro e amor pela verdade.

A terceira função é cuidar e pastorear com amor. O cuidado pastoral envolve visitar os enfermos, consolar os aflitos, fortalecer os fracos e buscar os desgarrados. O profeta Ezequiel, ao denunciar os maus pastores de Israel, define o que o verdadeiro pastor deve fazer: "as fracas não fortaleceste, e a doente não curaste, e a quebrada não ligaste, e a desgarrada não tornastes a trazer, e a perdida não buscastes" (Ezequiel 34:4). Em contraste, Deus promete: "a perdida buscarei, e a desgarrada tornarei a trazer, e a quebrada ligarei, e a enferma fortalecerei" (Ezequiel 34:16). Estas são as marcas do cuidado pastoral genuíno.

A quarta função é liderar com exemplo. O pastor não exerce domínio autoritário, mas lidera por meio do exemplo pessoal. Pedro exorta os presbíteros: "Apascentai o rebanho de Deus, que está entre vós, tendo cuidado dele, não por força, mas voluntariamente; nem por torpe ganância, mas

de ânimo pronto; nem como tendo domínio sobre a herança de Deus, mas servindo de exemplo ao rebanho" (1 Pedro 5:2-3). A autoridade pastoral é essencialmente moral e espiritual, não coercitiva. O pastor é um modelo de piedade, integridade e serviço.

A quinta função é equipar para o serviço. Conforme Efésios 4:12, o pastor deve buscar o "aperfeiçoamento dos santos, para a obra do ministério". Isto implica capacitar cada membro da igreja a descobrir e exercer os seus dons espirituais, descentralizando o ministério e promovendo o sacerdócio universal dos crentes.

2.4 As Qualificações Bíblicas do Pastor

As cartas pastorais (1 Timóteo e Tito) fornecem listas detalhadas de qualificações para aqueles que aspiram ao episcopado (termo sinônimo de pastor, bispo e presbítero no Novo Testamento). Em 1 Timóteo 3:1-7, Paulo afirma que "convém, pois, que o bispo seja irrepreensível, marido de uma mulher, vigilante, sóbrio, honesto, hospitaleiro, apto para ensinar; não dado ao vinho, não espancador, não cobiçoso de torpe ganância, mas moderado, não contencioso, não avaro; que governe bem a sua própria casa [...] não neófito [...] que tenha bom testemunho dos que estão de fora".

De modo semelhante, Tito 1:5-9 acrescenta que o bispo, "como despenseiro da casa de Deus", deve ser "não soberbo, nem iracundo, nem dado ao vinho, nem espancador, nem cobiçoso de torpe ganância; mas dado à hospitalidade, amigo do bem, moderado, justo, santo, temperante". Notavelmente, todas estas qualificações, com exceção de "apto para ensinar", são de caráter moral, não de competência técnica. O pastorado é, antes de tudo, uma questão de caráter forjado por Deus.

Estas qualificações permanecem plenamente vigentes para os dias de hoje. A igreja contemporânea não deve ceder à tentação de selecionar líderes com base em carisma, eloquência, formação acadêmica ou habilidades empresariais, em detrimento das marcas de caráter estabelecidas pela Escritura.

2.5 Advertências contra os Maus Pastores

A Bíblia não apenas define o perfil do bom pastor, mas também adverte severamente contra os maus pastores. Duas passagens do Antigo Testamento são particularmente contundentes.

Em Jeremias 23:1-4, o Senhor declara: "Ai dos pastores que destroem e dispersam as ovelhas do meu pasto!" (Jeremias 23:1). Os maus pastores são acusados de dispersar, afugentar e não cuidar das ovelhas. Deus promete julgar tais pastores e Ele mesmo suscitar pastores fiéis que apascentem o povo: "E levantarei sobre elas pastores que as apascentem" (Jeremias 23:4).

De forma mais extensa, Ezequiel 34 denuncia os pastores que "se apascentam a si mesmos" em vez de apascentar as ovelhas (Ezequiel 34:2). Estes pastores egoístas comem a gordura, vestem-se da lã, mas negligenciam completamente as necessidades do rebanho. A consequência é terrível: as ovelhas "se espalharam, por não haver pastor" (Ezequiel 34:5). Deus então declara: "Eis que eu estou contra os pastores; das suas mãos demandarei as minhas ovelhas" (Ezequiel 34:10). O capítulo culmina com a promessa messiânica: "E suscitarei sobre elas um só pastor, e ele as apascentará; o meu servo Davi é que as apascentará" (Ezequiel 34:23), apontando diretamente para Cristo.

Estas advertências são extremamente atuais. Os pastores de hoje prestarão contas a Deus pelo modo como cuidaram do rebanho. A busca por ganhos financeiros, poder, prestígio ou a transformação do ministério em plataforma pessoal são manifestações contemporâneas do mesmo pecado denunciado pelos profetas. O pastor que se apascenta a si mesmo, em vez de servir ao rebanho, está sob o juízo divino.

2.6 O Papel do Pastor no Contexto Atual

Diante do quadro bíblico traçado, como aplicar estes princípios aos desafios do século XXI? Vive-se numa era caracterizada por fenômenos que impactam diretamente o ministério pastoral.

O primeiro desafio é o relativismo doutrinário e o analfabetismo bíblico. Nunca houve tanto acesso à Bíblia e, paradoxalmente, tão pouco conhecimento bíblico profundo. O pastor de hoje deve ser, mais do que nunca, um expositor fiel das Escrituras, ensinando a congregação a discernir a verdade do erro. Paulo profetizou: "virá tempo em que não suportarão a sã doutrina; mas, tendo comichão nos ouvidos, amontoarão para si doutores conforme as suas próprias concupiscências" (2 Timóteo 4:3). Este tempo já chegou. O pastor fiel deve "pregar a palavra" com longanimidade e doutrina, ainda que a mensagem seja impopular.

O segundo desafio é a fragmentação comunitária e a solidão. A sociedade moderna é marcada pelo isolamento e pela dissolução dos laços comunitários. Neste contexto, a igreja local deve ser uma comunidade de cuidado mútuo, e o pastor é o facilitador dessa comunhão. Como Cristo, Ele chama as ovelhas pelo nome (João 10:3), demonstrando um interesse genuíno por cada membro do rebanho, não apenas pelos números da frequência dominical.

O terceiro desafio são as pressões por resultados e a secularização do ministério. Há uma tendência crescente de avaliar o sucesso pastoral por métricas empresariais: tamanho da membresia, orçamento, instalações. Todavia, a Bíblia mede o pastor pela sua fidelidade, não por números. Paulo disse: "combati o bom combate, acabei a carreira, guardei a fé" (2 Timóteo 4:7). A coroa é da fidelidade, não do sucesso numérico.

O quarto desafio envolve a tecnologia e as novas formas de ministério. As ferramentas digitais oferecem oportunidades sem precedentes para a pregação do evangelho e o discipulado. Contudo, o pastor deve lembrar-se de que o ministério é essencialmente encarnacional: "o bom

Pastor dá a sua vida pelas ovelhas" (João 10:11) implica proximidade, presença e sacrifício pessoal que nenhuma tecnologia pode substituir.

O quinto desafio é a integridade moral em tempos de escândalos. Os frequentes escândalos envolvendo líderes religiosos tornam ainda mais urgente que o pastor atenda aos requisitos de caráter estabelecidos em 1 Timóteo 3 e Tito 1. O bom testemunho "dos que estão de fora" (1 Timóteo 3:7) é indispensável para que o evangelho não seja blasfemado.

Conclusão

Ao longo deste artigo, examinaram-se as funções e o papel do pastor fundamentados exclusivamente nas Escrituras Sagradas. O modelo bíblico de pastorado tem o seu clímax em Jesus Cristo, o Bom Pastor, que dá a vida pelas ovelhas, conhece-as intimamente e as conduz a pastagens verdejantes (João 10; Salmo 23). A partir deste modelo, a Bíblia delineia cinco funções essenciais: apascentar pela Palavra, proteger o rebanho, cuidar com amor, liderar com exemplo e equipar os santos para o serviço (Efésios 4:11-13; Atos 20:28-31; 2 Timóteo 4:1-5; 1 Pedro 5:1-4).

A Escritura também estabelece qualificações morais rigorosas para aqueles que aspiram ao ministério, centradas no caráter e na maturidade espiritual (1 Timóteo 3:1-7; Tito 1:5-9). Paralelamente, adverte com severidade contra os pastores infiéis que exploram o rebanho em benefício próprio (Jeremias 23; Ezequiel 34).

Para os dias de hoje, o pastor bíblico permanece sendo aquele que, à semelhança de Cristo, serve com humildade, ensina com fidelidade, protege com coragem e ama com sacrifício. Numa era de profundas transformações culturais, o ministério pastoral não necessita de reinvenção, mas de restauração — um retorno às fontes bíblicas que definem a sua essência e o seu propósito.

Que a promessa de Pedro ecoe como esperança e incentivo para todo pastor fiel: "E, quando aparecer o Sumo Pastor, alcançareis a incorruptível coroa da glória" (1 Pedro 5:4). Até lá, a missão continua: apascentar o rebanho de Deus que está entre nós, até que todos cheguemos "à unidade da fé, e ao conhecimento do Filho de Deus, a homem perfeito, à medida da estatura completa de Cristo" (Efésios 4:13).

Referências

BÍBLIA. A. T. Salmos. In: BÍBLIA. Português. Almeida Corrigida Fiel. São Paulo: Sociedade Bíblica Trinitariana do Brasil, 2007. Salmo 23.

BÍBLIA. A. T. Jeremias. In: BÍBLIA. Português. Almeida Corrigida Fiel. São Paulo: Sociedade Bíblica Trinitariana do Brasil, 2007. Jeremias 23.

BÍBLIA. A. T. Ezequiel. In: BÍBLIA. Português. Almeida Corrigida Fiel. São Paulo: Sociedade Bíblica Trinitariana do Brasil, 2007. Ezequiel 34.

BÍBLIA. N. T. João. In: BÍBLIA. Português. Almeida Corrigida Fiel. São Paulo: Sociedade Bíblica Trinitariana do Brasil, 2007. João 10.

BÍBLIA. N. T. Atos dos Apóstolos. In: BÍBLIA. Português. Almeida Corrigida Fiel. São Paulo: Sociedade Bíblica Trinitariana do Brasil, 2007. Atos 20.

BÍBLIA. N. T. Efésios. In: BÍBLIA. Português. Almeida Corrigida Fiel. São Paulo: Sociedade Bíblica Trinitariana do Brasil, 2007. Efésios 4.

BÍBLIA. N. T. 1 Timóteo. In: BÍBLIA. Português. Almeida Corrigida Fiel. São Paulo: Sociedade Bíblica Trinitariana do Brasil, 2007. 1 Timóteo 3.

BÍBLIA. N. T. 2 Timóteo. In: BÍBLIA. Português. Almeida Corrigida Fiel. São Paulo: Sociedade Bíblica Trinitariana do Brasil, 2007. 2 Timóteo 4.

BÍBLIA. N. T. Tito. In: BÍBLIA. Português. Almeida Corrigida Fiel. São Paulo: Sociedade Bíblica Trinitariana do Brasil, 2007. Tito 1.

BÍBLIA. N. T. 1 Pedro. In: BÍBLIA. Português. Almeida Corrigida Fiel. São Paulo: Sociedade Bíblica Trinitariana do Brasil, 2007. 1 Pedro 5.

O Chamado Pastoral e a Ordenação de Mulheres ao Ministério

Graça & Verdade · 29 de junho de 2026 · 22 min de leitura

Este artigo examina, com base exclusiva nas Escrituras Sagradas, a controversa questão da ordenação de mulheres ao ofício pastoral. Apresenta de forma sistemática os argumentos contrários e favoráveis, uma síntese hermenêutica e uma conclusão avaliativa fundamentada na Bíblia.

Poucas questões têm gerado tanta divergência no meio evangélico contemporâneo quanto a possibilidade de mulheres serem ordenadas ao ministério pastoral. Denominações históricas como as Assembleias de Deus, Igrejas Batistas tradicionais, Presbiterianas conservadoras e a Igreja Católica Romana reservam o ofício pastoral (ou sacerdotal) exclusivamente aos homens. Em contrapartida, denominações como Metodistas, Anglicanas, Luteranas de algumas vertentes, Batistas progressistas e muitas igrejas neopentecostais têm admitido e consagrado mulheres ao pastorado.

Ambos os lados reivindicam fundamentação bíblica para suas posições. O presente artigo propõe-se a apresentar, de forma sistemática e neutra, os argumentos escriturísticos de cada corrente, para em seguida oferecer uma conclusão avaliativa sobre qual das duas posições encontra maior respaldo no texto sagrado. A questão central que norteia esta pesquisa é: o que a Bíblia, em seu conjunto, ensina acerca da possibilidade de mulheres exercerem o ofício de pastoras, bispas ou presbíteras?

Para responder a esta pergunta, o artigo estrutura-se em três partes: a primeira apresenta o ofício pastoral conforme definido nas Escrituras; a segunda expõe os argumentos contrários ao pastorado feminino; a terceira expõe os argumentos favoráveis; e a conclusão oferece uma análise ponderada de ambas as posições.

O Ofício Pastoral nas Escrituras

Antes de examinar os argumentos propriamente ditos, é necessário estabelecer o que a Bíblia entende por ministério pastoral. No Antigo Testamento, a figura do pastor (hebraico roeh) é utilizada como metáfora para Deus (Salmo 23:1; Isaías 40:11), para os líderes civis de Israel (2 Samuel 5:2; Jeremias 23:1-4) e, de forma normativa, para aqueles que Deus constitui para apascentar o Seu povo (Ezequiel 34:23). Todavia, o ofício pastoral como função eclesial específica é uma instituição do Novo Testamento.

O apóstolo Paulo, em Efésios 4:11, declara que o Cristo ressurreto "deu uns para apóstolos, e outros para profetas, e outros para evangelistas, e outros para pastores e doutores". O termo "pastores" (do grego *poimenas*) aparece aqui vinculado a "doutores" (*didaskalous*), indicando que o pastor é, essencialmente, um mestre da Palavra. Em Atos 20:28, Paulo exorta os presbíteros de Éfeso: "Olhai, pois, por vós, e por todo o rebanho sobre que o Espírito Santo vos constituiu bispos, para apascentardes a igreja de Deus". Os três termos — pastor (*poimen*), bispo (*episkopos*) e presbítero (*presbyteros*) — designam o mesmo ofício, variando a ênfase: pastor ressalta o cuidado e alimentação do rebanho; bispo enfatiza a supervisão e governo; e presbítero indica a maturidade e a autoridade decorrente dela.

As qualificações para este ofício são estabelecidas em duas passagens principais. Em 1 Timóteo 3:1-7, Paulo afirma: "Esta é uma palavra fiel: se alguém deseja o episcopado, excelente obra deseja. Convém, pois, que o bispo seja irrepreensível, marido de uma mulher, vigilante, sóbrio, honesto, hospitaleiro, apto para ensinar; não dado ao vinho, não espancador, não cobiçoso de torpe ganância, mas moderado, não contencioso, não avarento; que governe bem a sua própria casa, tendo seus filhos em sujeição, com toda a modéstia [...] Não neófito [...] que tenha bom testemunho dos que estão de fora".

Em Tito 1:5-9, a lista é semelhante: "Aquele que for irrepreensível, marido de uma mulher, que tenha filhos fiéis [...] Porque convém que o bispo seja irrepreensível, como despenseiro da casa de Deus, não soberbo, nem iracundo, nem dado ao vinho, nem espancador, nem cobiçoso de torpe ganância; mas dado à hospitalidade, amigo do bem, moderado, justo, santo, temperante; retendo firme a fiel palavra, que é conforme a doutrina, para que seja poderoso, tanto para admoestar com a sã doutrina, como para convencer os contradizentes".

Nota-se que a função primordial do pastor-bispo-presbítero é dupla: (a) governar a igreja com autoridade espiritual e (b) ensinar a sã doutrina com fidelidade. O pastor é, portanto, aquele que exerce autoridade de governo e de ensino sobre a congregação, sendo constituído pelo Espírito Santo e reconhecido pela igreja.

Argumentos contra o Pastorado Feminino

Esta seção apresenta os principais argumentos bíblicos daqueles que entendem que as Escrituras reservam o ofício pastoral exclusivamente aos homens.

3.1 Linguagem Masculina nas Qualificações Pastorais

O argumento mais direto e textual: as passagens que definem as qualificações para bispos e presbíteros empregam linguagem inequivocamente masculina. A exigência de que o bispo seja "marido de uma mulher" (1 Timóteo 3:2; Tito 1:6) pressupõe que o candidato seja do sexo masculino. Ainda que se possa argumentar que o foco da exigência seja a fidelidade conjugal (proibição de poligamia ou adultério), o texto não diz "fiel ao cônjuge", mas "marido de uma

mulher". A exigência de que governe bem "a sua própria casa" e "seus filhos" (1 Timóteo 3:4-5), no contexto patriarcal do primeiro século e na teologia paulina, aponta para o homem como cabeça do lar (Efésios 5:23).

O argumento de que essa exigência excluiria também homens solteiros é refutado pelo fato de que a exigência é de fidelidade conjugal para aqueles que são casados (e não de estado civil obrigatório), mas pressupõe que, se casado, o candidato seja homem — pois marido de uma mulher não pode ser biologicamente uma mulher.

3.2 A Proibição de Paulo em 1 Timóteo 2:11-15

Esta passagem é considerada o texto-chave da posição contrária à ordenação feminina. Paulo afirma com clareza: "A mulher aprenda em silêncio, com toda a sujeição. Não permito, porém, que a mulher ensine, nem use de autoridade sobre o marido, mas que esteja em silêncio" (1 Timóteo 2:11-12). O argumento baseia-se em três pilares:

Primeiro, o escopo da proibição é amplo: Paulo não se refere a um caso particular, mas estabelece uma norma para a igreja ("quero, pois, que os homens orem em todo o lugar" — 1 Timóteo 2:8 — e, simetricamente, que as mulheres aprendam em silêncio). A proibição abrange duas atividades que definem o ofício pastoral: ensinar (*didaskain*) e exercer autoridade (*authentein*).

Segundo, a fundamentação não é cultural, mas criacional. Paulo não apela aos costumes de Éfeso, mas à ordem da criação: "Porque primeiro foi formado Adão, depois Eva. E Adão não foi enganado, mas a mulher, sendo enganada, caiu em transgressão" (1 Timóteo 2:13-14). Se a base da proibição é a ordem criacional, então trata-se de um princípio transcultural, não limitado a uma situação histórica específica.

Terceiro, ainda que o verbo *authentein* tenha sido usado apenas aqui no Novo Testamento e comporte a conotação de "dominar" ou "usurpar", Paulo não está proibindo apenas um abuso, mas o próprio exercício de autoridade de ensino da mulher sobre o homem na igreja. A partícula negativa *ouk* ("não") seguida do infinitivo presente indica uma proibição permanente, não circunstancial.

3.3 A Instrução de Paulo em 1 Coríntios 14:34-35

Nesta passagem, Paulo é ainda mais incisivo: "As vossas mulheres estejam caladas nas igrejas; porque não lhes é permitido falar; mas estejam sujeitas, como também ordena a lei. E, se querem aprender alguma coisa, interroguem em casa a seus próprios maridos; porque é vergonhoso que as mulheres falem na igreja" (1 Coríntios 14:34-35).

Para os defensores desta posição, Paulo apela não apenas ao costume, mas à "lei" (nomos), termo que nas epístolas paulinas geralmente remete à Torah, indicando que a submissão da mulher não é inovação apostólica, mas continuidade do princípio veterotestamentário de ordem na criação e na adoração pública. A igreja de Corinto não é a única destinatária — Paulo afirma que esta é a prática "em todas as igrejas dos santos" (1 Coríntios 14:33).

3.4 Ausência de Mulheres no Ofício Pastoral do Novo Testamento

Não há um único exemplo no Novo Testamento de mulher exercendo o ofício de pastora, bispa ou presbítera. Embora Febe seja chamada de diakonos (Romanos 16:1), o termo é utilizado em seu sentido amplo de "serva" ou, quando muito, designando o diaconato — um ofício distinto do pastorado. Priscila, com seu marido Áquila, ensinou Apolo em contexto privado (Atos 18:26), o que é qualitativamente diferente do exercício do ofício pastoral público com autoridade sobre a igreja. Júnias (Romanos 16:7) é mencionada entre os apóstolos, mas o texto não afirma que ela fosse apóstola — a expressão pode significar "notável aos olhos dos apóstolos" ou "notável entre os apóstolos" no sentido missionário amplo, não no sentido dos Doze.

Todos os presbíteros constituídos por Paulo e seus cooperadores foram homens (Atos 14:23; Tito 1:5). Jesus escolheu doze apóstolos, todos homens. A prática apostólica é uniforme e consistente nesse ponto, o que constitui um argumento de peso para aqueles que entendem que o ofício pastoral foi estabelecido por Cristo e pelos apóstolos como função masculina.

3.5 Princípio da Liderança Masculina na Criação

Para além dos textos específicos sobre a igreja, há um princípio teológico mais amplo que perpassa as Escrituras: a liderança masculina como parte da ordem criacional. Paulo fundamenta a submissão da mulher na igreja na ordem da criação (1 Timóteo 2:13) e não na Queda ou na cultura. Em 1 Coríntios 11:3, ele estabelece uma hierarquia funcional: "Cristo é a cabeça de todo o homem, e o homem a cabeça da mulher; e Deus a cabeça de Cristo". Esta estrutura não implica inferioridade ontológica, mas distinção funcional na família e na igreja.

Os defensores desta posição argumentam que Deus estabeleceu, desde a criação, papéis distintos e complementares para homem e mulher. O homem foi criado primeiro e recebeu a responsabilidade de liderança (Gênesis 2:15-18). A mulher foi criada como auxiliadora idônea (Gênesis 2:18) — termo hebraico *ezer kenegdo* que não denota inferioridade, mas complementaridade funcional. A Queda não criou esses papéis; antes, distorceu-os (Gênesis 3:16), e a redenção em Cristo os restaura ao seu propósito original, não os abole. Portanto, o ofício pastoral, que envolve autoridade de governo e de ensino sobre a igreja, alinha-se com o papel de liderança designado por Deus ao homem.

Argumentos a Favor do Pastorado Feminino

Esta seção apresenta os argumentos bíblicos daqueles que defendem a legitimidade da ordenação de mulheres ao ofício pastoral.

4.1 Deus Chamou e Usou Mulheres em Liderança Espiritual

O Antigo Testamento registra casos incontestáveis de mulheres exercendo autoridade espiritual sobre o povo de Deus. Débora foi profetisa e juíza de Israel: "E Débora, mulher profetisa, mulher de Lapidote, julgava a Israel naquele tempo. Ela assentava-se debaixo das palmeiras de Débora... e os filhos de Israel subiam a ela a juízo" (Juízes 4:4-5). Ela não apenas julgava, mas comandou a estratégia militar contra Sísera e autodenominou-se "mãe em Israel" (Juízes 5:7). O texto bíblico jamais desabona sua liderança.

Hulda, a profetisa, foi consultada pelo sumo sacerdote Hilquias e pelos oficiais do rei Josias (2 Reis 22:14-20). Ela proferiu palavra profética com autoridade divina sobre o rei e o sacerdócio de Israel. Miriã é chamada "a profetisa" (Êxodo 15:20) e Deus a menciona como líder ao lado de Moisés e Arão (Miqueias 6:4). Se Deus constituiu mulheres em posições de autoridade espiritual sobre todo o Israel, argumenta-se, Ele não tem objeção de princípio quanto à liderança espiritual feminina.

4.2 Mulheres Exerceram Funções Ministeriais no Novo Testamento

Febe é apresentada como diakonos da igreja de Cencreia (Romanos 16:1). O termo grego é o mesmo utilizado para designar o ofício de diácono (Filipenses 1:1; 1 Timóteo 3:8-13). Paulo a recomenda com autoridade para ser recebida pela igreja de Roma e a descreve como "protetora" (prostatis) de muitos — termo que denota liderança e patrocínio. Se uma mulher pode exercer o diaconato — um ofício reconhecido da igreja —, não haveria razão intrínseca para excluí-la do presbiterato.

Priscila, juntamente com Áquila, "declarou mais precisamente o caminho de Deus" a Apolo, que era "poderoso nas Escrituras" (Atos 18:24-26). O fato de Priscila ser mencionada antes do marido em cinco das seis ocorrências do casal sugere sua proeminência no ministério de ensino. Júnias (Romanos 16:7) é descrita como alguém que "se distinguiu entre os apóstolos", expressão que a maioria dos exegetas contemporâneos interpreta como indicando que Júnias era uma mulher reconhecida como apóstola (no sentido amplo de missionária enviada).

Evódia e Síntique "trabalharam comigo no evangelho" (Filipenses 4:2-3). O verbo synathleo significa "lutar lado a lado", indicando parceria ministerial ativa. Paulo reconheceu que mulheres oravam e profetizavam publicamente na igreja (1 Coríntios 11:5), atos que envolvem fala pública com autoridade espiritual.

4.3 O Contexto Cultural das Passagens Restritivas

Os defensores da ordenação feminina argumentam que as passagens de 1 Timóteo 2 e 1 Coríntios 14 devem ser compreendidas à luz do contexto histórico-cultural em que foram escritas. Em Éfeso, havia um problema específico com falsos mestres que influenciavam mulheres (1 Timóteo 1:3-7; 5:13-15; 2 Timóteo 3:6-7). Paulo estaria restringindo temporariamente mulheres despreparadas e influenciadas por heresias, não estabelecendo uma proibição permanente.

Em Corinto, as mulheres geralmente não recebiam instrução formal e interrompiam o culto com perguntas. A ordem de "interroguem em casa a seus próprios maridos" (1 Coríntios 14:35) sugere que o problema era de interrupção, não de participação ministerial legítima. Prova disso é que, na mesma epístola, Paulo permite que mulheres orem e profetizem publicamente (1 Coríntios 11:5), o que seria contraditório se a proibição de 1 Coríntios 14 fosse absoluta.

Quanto a 1 Timóteo 2:11-12, o verbo *authentein* (traduzido como "usar de autoridade") é raro no grego e carrega frequentemente a conotação negativa de "dominar", "usurpar autoridade" ou até "assassinar". Paulo estaria proibindo um comportamento abusivo ou autoritário, não o exercício legítimo de autoridade pastoral por mulheres capacitadas e reconhecidas. A tradução mais precisa seria: "Não permito que a mulher ensine de forma a dominar o homem".

4.4 Princípio da Igualdade em Cristo (Gálatas 3:28)

O argumento teológico mais abrangente a favor do pastorado feminino é o princípio da nova criação em Cristo: "Não há judeu nem grego; não há servo nem livre; não há macho nem fêmea; porque todos vós sois um em Cristo Jesus" (Gálatas 3:28). Embora o contexto imediato seja a justificação pela fé, os defensores argumentam que Paulo está derrubando as barreiras que separavam as pessoas no mundo antigo — raça, classe social e gênero — e que essas barreiras não devem ser reconstruídas na igreja.

Se a igreja não pode excluir alguém do ministério com base em etnia (judeu/grego) ou classe social (servo/livre), argumentam, também não pode excluir com base em gênero (macho/fêmea). A inauguração da nova aliança em Cristo restaura a igualdade original da criação, onde homem e mulher foram igualmente criados à imagem de Deus (Gênesis 1:27). A profecia de Joel, cumprida no Pentecostes, confirma que o Espírito Santo capacita igualmente "filhos e filhas" para o ministério profético (Joel 2:28-29; Atos 2:17-18). Se o Espírito concede dons pastorais a mulheres, a igreja não deveria impedir o exercício desses dons.

4.5 Distinção entre Ofício e Função

Alguns teólogos argumentam que o Novo Testamento não estabelece uma estrutura eclesiástica rígida e que a distinção entre os ofícios (bispo, presbítero, diácono) desenvolveu-se gradualmente. As cartas pastorais refletem um estágio de organização que não é necessariamente

normativo para todas as épocas e culturas. O essencial não é a forma do ofício, mas a função pastoral de apascentar, ensinar e cuidar — funções que mulheres podem desempenhar e, de fato, desempenharam.

Ademais, a igreja primitiva contava com mulheres que exerciam liderança em igrejas domésticas (como a igreja na casa de Priscila e Áquila — Romanos 16:5; 1 Coríntios 16:19), o que incluía, muito provavelmente, funções de ensino e supervisão pastoral sobre a comunidade que se reunia em seus lares.

Síntese Hermenêutica

Diante do exposto, percebe-se que a questão da ordenação feminina ao ministério pastoral não admite resposta simplista. As Escrituras apresentam tanto passagens que parecem restringir a participação feminina quanto exemplos e princípios que a fundamentam. A resolução dessa tensão depende, em grande medida, do método hermenêutico adotado.

Aqueles que adotam uma hermenêutica mais literal e entendem as passagens restritivas como princípios transculturais concluirão que a ordenação feminina não encontra respaldo bíblico. Já aqueles que contextualizam essas passagens e valorizam os exemplos de Débora, Priscila, Febe e outros concluirão que as Escrituras não proíbem categoricamente a atuação de mulheres no ministério pastoral.

Ambas as posições encontram defensores sérios e piedosos ao longo da história da igreja, e convém reconhecer, com honestidade exegética, que as Escrituras não trazem uma frase que diga, em termos diretos, "a mulher não será pastora". O que existe é um conjunto convergente de evidências, e é nele que se apoia a conclusão deste artigo.

Primeira: as qualificações do ofício são dadas em linguagem masculina consistente — o bispo deve ser "marido de uma mulher" (1 Timóteo 3:2; Tito 1:6), e o governo da própria casa aparece como figura do governo da igreja (1 Timóteo 3:4-5).

Segunda: há uma proibição apostólica direta de ensinar e exercer autoridade (1 Timóteo 2:11-12), fundamentada na ordem da criação e não em costumes locais (1 Timóteo 2:13-14).

Terceira: a prática apostólica foi uniforme — não há registro de nenhuma mulher constituída pastora, bispa ou presbítera (Atos 14:23; Tito 1:5), e Jesus escolheu doze homens como apóstolos.

Quarta: as Escrituras distinguem os ofícios permanentes de governo e ensino (1 Timóteo 3; Tito 1) das manifestações carismáticas ocasionais, que as mulheres exerciam — orar e profetizar (1 Coríntios 11:5), como as filhas de Filipe (Atos 21:9).

A isso se soma um princípio que perpassa toda a Escritura: há dons universais e dons específicos. O Espírito reparte os dons "particularmente a cada um como quer" (1 Coríntios 12:11), e a profecia, o ensino, a intercessão, a hospitalidade e a misericórdia alcançam homens e mulheres sem distinção — as Escrituras registram profetisas (Miriã, Débora, Hulda, Ana — Êxodo 15:20; Juízes 4:4; 2 Reis 22:14; Lucas 2:36) e servas destacadas na igreja (Febe, Priscila — Romanos 16:1-3). Outros dons, porém, acompanham o ofício constituído, e o ofício pastoral — governo e ensino com autoridade sobre a congregação reunida — recebeu do Senhor uma ordenação masculina (Efésios 4:11; 1 Timóteo 3:1-7).

Note-se, por fim, que no culto judaico-cristão nunca houve sacerdotisas: o sacerdócio era exercido por homens, e as mulheres que Deus levantou o foram para o serviço profético e para o juízo do povo, segundo a necessidade e o favor divino — não por instituição de ofício, como ocorria nos cultos da Babilônia e do Egito. A analogia permanece viva na Igreja Católica Romana, que reserva o sacerdócio aos homens. Também por isso o dom da liderança espiritual da igreja, dado por Deus desde o Éden — quando ao homem foi confiado o governo —, não se confunde com os dons universais concedidos a todos os crentes.

Conclusão

Após a exposição sistemática de ambos os conjuntos de argumentos, cabe oferecer ao leitor uma análise avaliativa sobre qual das duas posições — contrária ou favorável ao pastorado feminino — encontra maior fundamentação nas Escrituras Sagradas.

Os argumentos favoráveis ao pastorado feminino possuem mérito real e não podem ser descartados levianamente. É fato bíblico que Deus chamou mulheres para posições de liderança espiritual (Débora, Hulda), que mulheres profetizaram publicamente (Miriã, as filhas de Filipe — Atos 21:9), que Paulo contou com colaboradoras ministeriais (Priscila, Febe, Evódia, Síntique) e que o Espírito Santo foi derramado igualmente sobre homens e mulheres (Joel 2:28-29; Atos 2:17-18). O princípio da igualdade ontológica entre homem e mulher em Cristo (Gálatas 3:28) é um pilar da teologia paulina que impede qualquer menosprezo à dignidade ou aos dons das mulheres na igreja.

Todavia, quando se examina especificamente o ofício de pastor-bispo-presbítero — e não a participação feminina no ministério em sentido amplo —, os argumentos contrários à ordenação feminina apresentam fundamentação escriturística mais sólida, pelas seguintes razões:

Primeira: as qualificações para o episcopado/presbiterato (1 Timóteo 3:1-7; Tito 1:5-9) empregam linguagem masculina consistente. A expressão "marido de uma mulher" não é acidental; aparece em ambas as listas e, no contexto patriarcal do primeiro século e da teologia paulina, pressupõe que o candidato ao ofício pastoral seja homem. Interpretar essa exigência como mera referência à fidelidade conjugal ignora a forma gramatical masculina que perpassa todo o texto.

Segunda: 1 Timóteo 2:11-12 contém uma proibição apostólica direta, cuja fundamentação é criacional, não cultural. Paulo não diz "em Éfeso, não permito", mas "não permito", e fundamenta essa proibição na ordem da criação (Adão formado primeiro — versículo 13) e na Queda (Eva enganada — versículo 14). Esses argumentos transcendem qualquer contexto local e apontam para um princípio permanente de distinção funcional entre homem e mulher na igreja. Ainda que se discuta o significado preciso de *authentein*, a proibição conjunta de "ensinar" e "exercer autoridade" cobre exatamente as funções distintivas do ofício pastoral.

Terceira: a prática apostólica é consistente em não constituir mulheres como pastoras, bispas ou presbíteras. Não há um único exemplo inequívoco no Novo Testamento. Os casos de Febe (diaconisa), Priscila (ensino privado em conjunto com o marido) e Júnias (provavelmente missionária) demonstram participação feminina no ministério, mas não no ofício pastoral de governo e ensino autoritativo sobre a congregação reunida. Jesus escolheu doze homens como apóstolos, e Paulo constituiu presbíteros (homens) em cada igreja (Atos 14:23). O argumento do silêncio, neste caso, é significativo, pois se a ordenação feminina fosse uma prática apostólica, haveria registro análogo ao que há para os homens.

Quarta: 1 Coríntios 14:34-35, embora deva ser interpretado em harmonia com 1 Coríntios 11:5, estabelece que há um limite para a participação vocal feminina na assembleia. O que Paulo descreve como "toda a mulher que ora ou profetiza" (1 Coríntios 11:5) não equivale à permissão para o exercício regular e autoritativo do ofício pastoral. A igreja primitiva distinguia entre manifestações carismáticas ocasionais (que Paulo regula em 1 Coríntios 11-14) e ofícios permanentes de governo e ensino (que Paulo regula em 1 Timóteo 3 e Tito 1).

Quinta: ainda que os exemplos veterotestamentários de Débora e Hulda demonstrem que Deus pode usar mulheres em posições de liderança, é necessário distinguir entre o que Deus pode fazer soberanamente (exceções providenciais) e o que Ele estabeleceu como norma para a igreja (ofícios instituídos). Débora foi levantada em um período de apostasia e escassez de liderança masculina fiel (Juízes 4:1; cf. Juízes 5:7-8). O próprio cântico de Débora reconhece a anormalidade da situação. Usar exceções providenciais do Antigo Testamento para estabelecer normas eclesiais neotestamentárias é hermeneuticamente problemático.

Em conclusão, reconhece-se que ambos os lados do debate apresentam argumentos bíblicos sérios, e que cristãos piedosos e estudiosos têm chegado a conclusões diferentes. Contudo, quando o foco se restringe ao ofício pastoral em sentido estrito — bispo, presbítero, pastor com autoridade de governo e ensino sobre a igreja —, as evidências escriturísticas pesam de forma mais consistente em favor da posição que reserva esse ofício aos homens. Isso não diminui a dignidade, os dons ou a importância das mulheres na igreja, que são chamadas a exercer uma ampla gama de ministérios (diaconato, ensino de mulheres e crianças, profecia ordenada, evangelismo, missões, aconselhamento, hospitalidade), todos essenciais para a edificação do corpo de Cristo.

Como afirmou Paulo aos Coríntios, o propósito de toda regulamentação eclesiástica é que "faça-se tudo decentemente e com ordem" (1 Coríntios 14:40), para a glória de Deus e a edificação da Sua igreja.

A posição deste artigo — e a deste autor, que se identifica com a tradição assembleiana e por isso toma a Declaração de Fé como base secundária de doutrina — é a de que o ofício pastoral, que envolve governo e ensino com autoridade sobre a igreja, foi confiado por Deus ao homem. Assim o confirma o conjunto das Escrituras: os requisitos do bispo e do presbítero são masculinos (1 Timóteo 3:2; Tito 1:6), a proibição de ensinar e exercer autoridade é apostólica e ancorada na criação (1 Timóteo 2:11-14), e a igreja primitiva jamais constituiu uma pastora. A Declaração de Fé das Assembleias de Deus segue essa mesma linha, ao exigir do bispo que seja "marido de uma mulher" (1 Timóteo 3:2) e ao tratar o pastor e o evangelista como homens consagrados para esses ministérios (Capítulo XIV).

Isso não rebaixa a mulher em nada: sua dignidade, seu chamado e seus dons permanecem intactos, e a obra de Deus segue sendo edificada por elas em uma ampla gama de ministérios. Que tudo se faça, como escreveu o apóstolo, "decentemente e com ordem" (1 Coríntios 14:40), para a glória de Deus e a edificação da Sua igreja.

Referências

BÍBLIA. A. T. Gênesis. In: BÍBLIA. Português. Almeida Corrigida Fiel. São Paulo: Sociedade Bíblica Trinitariana do Brasil, 2007. Gênesis 1-3.

BÍBLIA. A. T. Êxodo. In: BÍBLIA. Português. Almeida Corrigida Fiel. São Paulo: Sociedade Bíblica Trinitariana do Brasil, 2007. Êxodo 15.

BÍBLIA. A. T. Juízes. In: BÍBLIA. Português. Almeida Corrigida Fiel. São Paulo: Sociedade Bíblica Trinitariana do Brasil, 2007. Juízes 4-5.

BÍBLIA. A. T. 2 Reis. In: BÍBLIA. Português. Almeida Corrigida Fiel. São Paulo: Sociedade Bíblica Trinitariana do Brasil, 2007. 2 Reis 22.

BÍBLIA. A. T. Salmos. In: BÍBLIA. Português. Almeida Corrigida Fiel. São Paulo: Sociedade Bíblica Trinitariana do Brasil, 2007. Salmo 23.

BÍBLIA. A. T. Joel. In: BÍBLIA. Português. Almeida Corrigida Fiel. São Paulo: Sociedade Bíblica Trinitariana do Brasil, 2007. Joel 2.

BÍBLIA. A. T. Miqueias. In: BÍBLIA. Português. Almeida Corrigida Fiel. São Paulo: Sociedade Bíblica Trinitariana do Brasil, 2007. Miqueias 6.

BÍBLIA. N. T. Lucas. In: BÍBLIA. Português. Almeida Corrigida Fiel. São Paulo: Sociedade Bíblica Trinitariana do Brasil, 2007. Lucas 2.

BÍBLIA. N. T. Atos dos Apóstolos. In: BÍBLIA. Português. Almeida Corrigida Fiel. São Paulo: Sociedade Bíblica Trinitariana do Brasil, 2007. Atos 2; Atos 14; Atos 18; Atos 20; Atos 21.

BÍBLIA. N. T. Romanos. In: BÍBLIA. Português. Almeida Corrigida Fiel. São Paulo: Sociedade Bíblica Trinitariana do Brasil, 2007. Romanos 16.

BÍBLIA. N. T. 1 Coríntios. In: BÍBLIA. Português. Almeida Corrigida Fiel. São Paulo: Sociedade Bíblica Trinitariana do Brasil, 2007. 1 Coríntios 11; 1 Coríntios 14.

BÍBLIA. N. T. Gálatas. In: BÍBLIA. Português. Almeida Corrigida Fiel. São Paulo: Sociedade Bíblica Trinitariana do Brasil, 2007. Gálatas 3.

BÍBLIA. N. T. Efésios. In: BÍBLIA. Português. Almeida Corrigida Fiel. São Paulo: Sociedade Bíblica Trinitariana do Brasil, 2007. Efésios 4; Efésios 5.

BÍBLIA. N. T. Filipenses. In: BÍBLIA. Português. Almeida Corrigida Fiel. São Paulo: Sociedade Bíblica Trinitariana do Brasil, 2007. Filipenses 1; Filipenses 4.

BÍBLIA. N. T. 1 Timóteo. In: BÍBLIA. Português. Almeida Corrigida Fiel. São Paulo: Sociedade Bíblica Trinitariana do Brasil, 2007. 1 Timóteo 2; 1 Timóteo 3; 1 Timóteo 5.

BÍBLIA. N. T. 2 Timóteo. In: BÍBLIA. Português. Almeida Corrigida Fiel. São Paulo: Sociedade Bíblica Trinitariana do Brasil, 2007. 2 Timóteo 3.

BÍBLIA. N. T. Tito. In: BÍBLIA. Português. Almeida Corrigida Fiel. São Paulo: Sociedade Bíblica Trinitariana do Brasil, 2007. Tito 1.

A Identidade Assembleiana: Raízes, Doutrinas e Práticas

Graça & Verdade · 15 de julho de 2026 · 11 min de leitura

Este artigo examina a identidade assembleiana a partir de suas raízes históricas, doutrinas distintivas e práticas eclesiais, fundamentado exclusivamente nas Escrituras Sagradas. Analisa as doutrinas centrais que distinguem as Assembleias de Deus e as marcas práticas da vivência assembleiana.

Resumo

Este artigo examina a identidade assembleiana a partir de suas raízes históricas, doutrinas distintivas e práticas eclesiais, fundamentado exclusivamente nas Escrituras Sagradas (versão Almeida Corrigida Fiel). Parte-se do evento fundante do Pentecostes (Atos 2) como paradigma da experiência assembleiana, analisando as doutrinas centrais que distinguem as Assembleias de Deus — salvação pela graça, batismo no Espírito Santo com evidências de línguas, cura divina e a bendita esperança da segunda vinda de Cristo — bem como as marcas práticas da identidade assembleiana: vida de santidade, fervor missionário, adoração genuína e comunhão fraternal. Conclui-se que a essência da identidade assembleiana não está em tradições humanas, mas na fidelidade aos fundamentos bíblicos que caracterizam o movimento desde o seu início.

As Assembleias de Deus constituem o maior ramo do pentecostalismo mundial, com raízes profundas no movimento que eclodiu na Rua Azusa, em Los Angeles, no ano de 1906, e que rapidamente se espalhou pelo mundo. No Brasil, a denominação chegou em 1911, por meio dos missionários suecos Daniel Berg e Gunnar Vingren, estabelecendo-se em Belém do Pará, de onde se expandiu para todo o território nacional, tornando-se a maior igreja evangélica do país. Todavia, para além dos dados históricos e estatísticos, permanece uma pergunta fundamental: o que define a identidade assembleiana?

A resposta a esta indagação não pode ser encontrada em tradições denominacionais, usos e costumes ou estruturas organizacionais, mas unicamente nas Escrituras Sagradas, que são a única regra de fé e prática da igreja. A identidade assembleiana está intrinsecamente ligada à experiência do Pentecostes e à continuidade da fé apostólica, vivida em fidelidade aos ensinamentos bíblicos. Este artigo propõe-se, portanto, a investigar as raízes, as doutrinas e as práticas que configuram a identidade assembleiana, respondendo à pergunta: o que significa ser assembleiano à luz da Bíblia?

2.1 O Pentecostes e as Raízes da Identidade Assembleiana

O evento fundante da identidade assembleiana é o Pentecostes, narrado em Atos 2. Naquele dia, "cumprindo-se o dia de Pentecostes, estavam todos concordemente no mesmo lugar; e de repente veio do céu um som, como de um vento veemente e impetuoso, e encheu toda a casa em que estavam assentados" (Atos 2:1-2). A promessa do derramamento do Espírito Santo, anunciada pelo profeta Joel (Joel 2:28-29) e confirmada por Jesus antes de Sua ascensão (Atos 1:8), cumpriu-se de forma visível e audível: línguas repartidas como que de fogo pousaram sobre cada um deles, "e todos foram cheios do Espírito Santo, e começaram a falar noutras línguas, conforme o Espírito Santo lhes concedia que falassem" (Atos 2:3-4).

Este evento não foi um incidente isolado na história da igreja. Ao longo do livro de Atos, o batismo no Espírito Santo manifesta-se como uma experiência distinta e posterior à conversão. Em Samaria, os crentes haviam crido e sido batizados em água, mas somente receberam o Espírito Santo quando Pedro e João lhes impuseram as mãos (Atos 8:14-17). Em Cesareia, na casa de Cornélio, "caiu o Espírito Santo sobre todos os que ouviam a palavra" e "os ouviam falar línguas, e magnificar a Deus" (Atos 10:44-46). Em Éfeso, Paulo encontrou discípulos que desconheciam a existência do Espírito Santo e, ao impor-lhes as mãos, "veio sobre eles o Espírito Santo; e falavam línguas, e profetizavam" (Atos 19:1-6).

A identidade assembleiana ancora-se, portanto, na continuidade da experiência pentecostal. A promessa de Pedro permanece vigente: "Arrependei-vos, e cada um de vós seja batizado em nome de Jesus Cristo, para perdão dos pecados; e recebereis o dom do Espírito Santo; porque a promessa vos diz respeito a vós, a vossos filhos, e a todos os que estão longe, a tantos quantos Deus nosso Senhor chamar" (Atos 2:38-39). Ser assembleiano é crer que o Pentecostes não foi apenas um marco histórico, mas uma realidade acessível a todo crente que busca o batismo no Espírito Santo com a evidência de falar em outras línguas.

2.2 As Doutrinas Distintivas da Identidade Assembleiana

A identidade assembleiana sustenta-se sobre doutrinas fundamentais extraídas das Escrituras. Embora a denominação comungue da ortodoxia cristã histórica — crença na Trindade, na inspiração plenária e inerrante da Bíblia, na divindade de Cristo, na Sua morte vicária e ressurreição corporal —, há doutrinas que possuem ênfase especial na tradição assembleiana, configurando sua identidade peculiar.

A primeira e mais central dessas doutrinas é o batismo no Espírito Santo com a evidência física de falar em outras línguas. Jesus prometeu: "mas recebereis a virtude do Espírito Santo, que há de vir sobre vós; e ser-me-eis testemunhas" (Atos 1:8). Esta promessa cumpriu-se em Atos 2, e o apóstolo Paulo instruiu a igreja de Corinto acerca dos dons espirituais, afirmando: "E a um pelo Espírito é dada a palavra da sabedoria; (...) e a outro a variedade de línguas" (1 Coríntios 12:8-10), concluindo com uma declaração pessoal: "Dou graças ao meu Deus, porque falo mais línguas

do que vós todos" (1 Coríntios 14:18). A glossolalia não é um sinal de superioridade espiritual, mas a evidência escriturística do batismo no Espírito Santo e um meio de edificação pessoal e, quando interpretada, de edificação da igreja.

A segunda doutrina distintiva é a cura divina. As Assembleias de Deus creem que a expiação de Cristo provê não apenas a salvação da alma, mas também a cura do corpo. O profeta Isaías declarou: "pelas suas pisaduras fomos sarados" (Isaías 53:5), texto que Mateus aplica diretamente ao ministério de cura de Jesus (Mateus 8:16-17). Tiago instrui a igreja: "Está alguém entre vós doente? Chame os presbíteros da igreja, e orem sobre ele, ungindo-o com azeite em nome do Senhor; e a oração da fé salvará o doente, e o Senhor o levantará" (Tiago 5:14-15). A cura divina permanece como privilégio dos crentes e manifestação do poder de Deus na igreja.

A terceira doutrina distintiva é a bendita esperança da segunda vinda de Cristo. As Assembleias de Deus sustentam a posição pré-milenista e pré-tribulacionista, crendo que Jesus voltará para arrebatá-la Sua igreja antes da Grande Tribulação: "Porque o mesmo Senhor descera do céu com alarido, e com voz de arcanjo, e com a trombeta de Deus; e os que morreram em Cristo ressuscitarão primeiro. Depois nós, os que ficarmos vivos, seremos arrebatados juntamente com eles nas nuvens, a encontrar o Senhor nos ares, e assim estaremos sempre com o Senhor" (1 Tessalonicenses 4:16-17). Esta esperança não é apenas uma doutrina escatológica abstrata, mas um motor que impulsiona a santidade de vida e o fervor missionário.

A quarta doutrina, que fundamenta todas as demais, é a salvação pela graça mediante a fé. Paulo declara: "Porque pela graça sois salvos, por meio da fé; e isto não vem de vós, é dom de Deus. Não vem das obras, para que ninguém se glorie" (Efésios 2:8-9). As Assembleias de Deus rejeitam tanto o universalismo quanto qualquer forma de salvação por méritos humanos, mantendo-se fiéis ao evangelho da graça, que exige arrependimento e fé em Jesus Cristo como único Salvador.

2.3 A Identidade Assembleiana na Prática

A identidade assembleiana não se limita às doutrinas professadas, mas manifesta-se concretamente na vida prática da igreja. Diversas marcas caracterizam a vivência assembleiana e a distinguem no cenário evangélico contemporâneo.

A primeira marca prática é a santidade de vida. Pedro exorta: "mas, como é santo aquele que vos chamou, sede vós também santos em toda a vossa maneira de viver; porquanto está escrito: Sede santos, porque eu sou santo" (1 Pedro 1:15-16). A santidade assembleiana não é mera observância de usos e costumes exteriores, mas uma separação do pecado e do mundanismo, expressa em modéstia, pureza moral, integridade nos negócios e testemunho de vida irrepreensível diante da sociedade.

A segunda marca é o fervor missionário. Jesus ordenou: "Ide por todo o mundo, pregai o evangelho a toda criatura" (Marcos 16:15). As Assembleias de Deus destacam-se historicamente pelo ímpeto evangelístico e missionário, levando o evangelho aos lugares mais remotos. O apóstolo Paulo expressa a urgência missionária que caracteriza o coração assembleiano: "Porque, se anuncio o evangelho, não tenho de que me gloriar, pois me é imposta essa obrigação; e ai de mim, se não anunciar o evangelho!" (1 Coríntios 9:16). Esta vocação missionária não é exclusiva de pastores e obreiros, mas de cada membro do corpo de Cristo.

A terceira marca é a adoração genuína e espiritual. Jesus ensinou que "os verdadeiros adoradores adorarão o Pai em espírito e em verdade; porque o Pai procura a tais que assim o adorem" (João 4:23). O culto assembleiano caracteriza-se pela liberdade na direção do Espírito Santo, com manifestações espirituais como o falar em línguas, a interpretação, a profecia, os cânticos espirituais e a operação dos dons. Contudo, Paulo adverte: "faça-se tudo decentemente e com ordem" (1 Coríntios 14:40), indicando que a liberdade espiritual não é sinônimo de desordem.

A quarta marca é a comunhão fraternal. A igreja primitiva perseverava, como registra Lucas, "na doutrina dos apóstolos, e na comunhão, e no partir do pão, e nas orações" (Atos 2:42). Esta comunhão (*koinonia*) é uma das marcas distintivas da igreja assembleiana, expressa no cuidado mútuo, na celebração da Ceia do Senhor, nas orações coletivas e no senso de família espiritual que une os crentes.

A quinta marca é a centralidade da Palavra. As Assembleias de Deus sempre enfatizaram a leitura, o estudo e a pregação da Bíblia. Paulo exorta Timóteo: "Procura apresentar-te a Deus aprovado, como obreiro que não tem de que se envergonhar, que maneja bem a palavra da verdade" (2 Timóteo 2:15). A Escola Bíblica Dominical, os cultos de ensino e doutrina, os estudos em células e grupos familiares são expressões práticas da convicção assembleiana de que a Palavra de Deus é o fundamento inabalável da fé e da prática cristã.

Conclusão

Ao longo deste artigo, examinou-se a identidade assembleiana em suas três dimensões fundamentais: as raízes históricas e bíblicas, as doutrinas distintivas e as marcas práticas. A conclusão que emerge é clara: a identidade assembleiana não reside em estruturas denominacionais, tradições humanas ou modismos evangélicos, mas na fidelidade contínua aos fundamentos estabelecidos pela Palavra de Deus.

As raízes da identidade assembleiana encontram-se no Pentecostes (Atos 2), que não foi um evento histórico encerrado, mas o paradigma permanente da experiência cristã autêntica. As doutrinas distintivas — batismo no Espírito Santo com evidência de línguas, cura divina, segunda vinda de Cristo e salvação pela graça — não são inovações denominacionais, mas verdades bíblicas que as Assembleias de Deus receberam como herança preciosa a ser guardada e

transmitida. As marcas práticas — santidade, fervor missionário, adoração genuína, comunhão fraternal e centralidade da Palavra — são a manifestação visível dessa identidade na vida cotidiana da igreja.

Diante dos desafios do século XXI — secularismo, relativismo doutrinário, esvaziamento do sobrenatural e secularização da igreja —, a identidade assembleiana não necessita de atualização ou adaptação aos tempos, mas de reafirmação e retorno às suas fontes. O apóstolo Judas exortou os crentes a "batalhar pela fé que uma vez foi dada aos santos" (Judas 1:3). Que as Assembleias de Deus permaneçam fiéis ao seu chamado original: uma igreja pentecostal, bíblica e missionária, até que Jesus venha.

Referências

BÍBLIA. N. T. Atos dos Apóstolos. In: BÍBLIA. Português. Almeida Corrigida Fiel. São Paulo: Sociedade Bíblica Trinitariana do Brasil, 2007. Atos 2.

BÍBLIA. N. T. Atos dos Apóstolos. In: BÍBLIA. Português. Almeida Corrigida Fiel. São Paulo: Sociedade Bíblica Trinitariana do Brasil, 2007. Atos 1; 8; 10; 19.

BÍBLIA. N. T. 1 Coríntios. In: BÍBLIA. Português. Almeida Corrigida Fiel. São Paulo: Sociedade Bíblica Trinitariana do Brasil, 2007. 1 Coríntios 12; 14.

BÍBLIA. N. T. Efésios. In: BÍBLIA. Português. Almeida Corrigida Fiel. São Paulo: Sociedade Bíblica Trinitariana do Brasil, 2007. Efésios 2.

BÍBLIA. A. T. Isaías. In: BÍBLIA. Português. Almeida Corrigida Fiel. São Paulo: Sociedade Bíblica Trinitariana do Brasil, 2007. Isaías 53.

BÍBLIA. N. T. Tiago. In: BÍBLIA. Português. Almeida Corrigida Fiel. São Paulo: Sociedade Bíblica Trinitariana do Brasil, 2007. Tiago 5.

BÍBLIA. N. T. 1 Tessalonicenses. In: BÍBLIA. Português. Almeida Corrigida Fiel. São Paulo: Sociedade Bíblica Trinitariana do Brasil, 2007. 1 Tessalonicenses 4.

BÍBLIA. N. T. 1 Pedro. In: BÍBLIA. Português. Almeida Corrigida Fiel. São Paulo: Sociedade Bíblica Trinitariana do Brasil, 2007. 1 Pedro 1.

BÍBLIA. N. T. Judas. In: BÍBLIA. Português. Almeida Corrigida Fiel. São Paulo: Sociedade Bíblica Trinitariana do Brasil, 2007. Judas 1.

BÍBLIA. N. T. 2 Timóteo. In: BÍBLIA. Português. Almeida Corrigida Fiel. São Paulo: Sociedade Bíblica Trinitariana do Brasil, 2007. 2 Timóteo 2.

BÍBLIA. A. T. Joel. In: BÍBLIA. Português. Almeida Corrigida Fiel. São Paulo: Sociedade Bíblica Trinitariana do Brasil, 2007. Joel 2.

BÍBLIA. N. T. Marcos. In: BÍBLIA. Português. Almeida Corrigida Fiel. São Paulo: Sociedade Bíblica Trinitariana do Brasil, 2007. Marcos 16.

A Igreja e o Estado: Autoridade Civil, Submissão e Cidadania à Luz das Escrituras

Graça & Verdade · 25 de setembro de 2026 · 8 min de leitura

Este artigo examina a relação entre a Igreja e o Estado à luz das Sagradas Escrituras (versão Almeida Corrigida Fiel) e da Declaração de Fé das Assembleias de Deus (Capítulo XVI), abordando a origem divina da autoridade, a distinção e a cooperação entre Igreja e Estado, a submissão do cristão às autoridades constituídas, o limite dessa submissão diante da obediência a Deus e o direito de sufrágio como expressão da cidadania cristã. Conclui-se que o cristão é, ao mesmo tempo, cidadão dos céus e cidadão da terra, sujeito às autoridades por consciência, mas com a Bíblia como regra suprema de fé e prática.

"Toda a alma esteja sujeita às potestades superiores; porque não há potestade que não venha de Deus; e as potestades que há foram ordenadas por Deus" (Romanos 13:1). A autoridade é um princípio que Deus estabeleceu para administrar a vida em comunidade e exercer juízos nas sociedades, pelo bem da coletividade. A Bíblia elimina, assim, a possibilidade de a Igreja desconsiderar as autoridades constituídas, ao mesmo tempo em que nos ensina que a verdadeira pátria do cristão está nos céus.

A Declaração de Fé das Assembleias de Deus, em seu Capítulo XVI, trata da Igreja e do Estado, das autoridades constituídas e do direito de sufrágio. Este artigo propõe-se a examinar, à luz da Palavra de Deus, a origem divina da autoridade, a relação entre a Igreja e o Estado, a submissão do cristão às autoridades, o limite dessa submissão e o exercício da cidadania, demonstrando que o modelo bíblico orienta o crente a ser sal da terra e luz do mundo.

A Origem Divina da Autoridade

Toda autoridade humana tem a sua fonte em Deus. O apóstolo Paulo afirma que "não há potestade que não venha de Deus; e as potestades que há foram ordenadas por Deus" (Romanos 13:1). Isso significa que a autoridade civil não é fruto do acaso nem mera invenção dos homens, mas um ordenamento divino para a preservação da ordem e da justiça na sociedade.

A soberania de Deus sobre os governantes é amplamente ensinada nas Escrituras. O profeta Daniel declara que Deus "muda os tempos e as estações; ele remove os reis e estabelece os reis; ele dá sabedoria aos sábios e conhecimento aos entendidos" (Daniel 2:21). E Salomão observa:

"Como ribeiros de águas assim é o coração do rei na mão do SENHOR, que o inclina a todo o seu querer" (Provérbios 21:1). Por isso, os crentes não devem temer as autoridades, pois o governo, em última instância, está nas mãos de Deus.

A Distinção e a Cooperação entre Igreja e Estado

Igreja e Estado são instituições distintas, com finalidades próprias, embora ambas tenham origem no ordenamento de Deus. O Estado é o povo politicamente organizado, exercendo a soberania em um território; a Igreja é a comunidade dos remidos por Cristo, chamada a adorar a Deus e a anunciar o evangelho. O Senhor Jesus estabeleceu essa distinção de esferas: "Dai pois a César o que é de César, e a Deus o que é de Deus" (Marcos 12:17).

A Igreja do Senhor Jesus Cristo vive em sociedade e respeita o Estado, colaborando com as autoridades que o representam na preservação da ordem pública e na formação de cidadãos de caráter íntegro e honesto, produtivos e conscientes de que a autoridade "é ministro de Deus para teu bem" (Romanos 13:4). Por outro lado, esses mesmos cidadãos são também conscientes de que a verdadeira pátria de um cristão está nos céus: "Mas a nossa cidade está nos céus, de onde também esperamos o Salvador, o Senhor Jesus Cristo" (Filipenses 3:20), e de que são, por isso mesmo, cidadãos do Reino de Deus.

A Submissão do Cristão às Autoridades Constituídas

Reconhecemos a legitimidade das autoridades constituídas e ensinamos a nossa submissão a elas: "Por isso quem resiste à potestade resiste à ordenação de Deus; e os que resistem trarão sobre si mesmos a condenação [...] Portanto é necessário que lhe estejais sujeitos, não somente pelo castigo, mas também pela consciência" (Romanos 13:2,5). O apóstolo Pedro reitera: "Sujeitai-vos, pois, a toda a ordenação humana por amor do Senhor; quer ao rei, como superior; quer aos governadores, como por ele enviados para castigo dos malfeitores, e para louvor dos que fazem o bem" (1 Pedro 2:13-14).

Essa submissão inclui o cumprimento das obrigações civis, como o pagamento de tributos e impostos, e o respeito e a honra devidos às autoridades: "Portanto, dai a cada um o que deveis: a quem tributo, tributo; a quem imposto, imposto; a quem temor, temor; a quem honra, honra" (Romanos 13:7). Pedro resume o dever do cristão: "Honrai a todos. Amai a fraternidade. Temei a Deus. Honrai ao rei" (1 Pedro 2:17). Paulo exorta Tito a lembrar aos crentes "que se sujeitem aos principados e potestades, que lhes obedeçam, e estejam preparados para toda a boa obra" (Tito 3:1).

O Limite da Submissão: Obediência a Deus Acima dos Homens

A submissão às autoridades, porém, não é absoluta nem incondicional. Temos a Bíblia Sagrada como a nossa única regra de fé e prática. Enquanto organização civil, a Igreja está submetida ao Estado, tendo como limite de tal submissão os preceitos bíblicos, de sorte que, em caso de conflito entre as normas emanadas do Estado e a Bíblia, esta prevalece sobre aquelas. Quando as autoridades proibiram os apóstolos de ensinar em nome de Jesus, eles responderam: "Mais importa obedecer a Deus do que aos homens" (Atos 5:29).

O mesmo princípio aparece quando Pedro e João foram ameaçados pelo Sinédrio: "Respondendo, porém, Pedro e João, lhes disseram: Julgai vós se é justo, diante de Deus, ouvir-vos antes a vós do que a Deus; porque não podemos deixar de falar do que temos visto e ouvido" (Atos 4:19-20). Portanto, o cristão obedece às autoridades civis em tudo quanto não contraria a Palavra de Deus; quando há conflito, a consciência iluminada pela Escritura o conduz a obedecer a Deus antes que aos homens.

O Direito de Sufrágio e a Cidadania Cristã

O sufrágio é um direito público subjetivo de natureza política e decorre naturalmente de nossa condição de cidadão. Como cidadãos cristãos, podemos votar, ser votados e participar da organização e da atividade do poder estatal. A participação consciente do crente na vida pública é uma forma de cooperar com o bem da coletividade e de exercer influência para a promoção da justiça e da paz social.

Além do voto, o cristão tem o dever de orar pelas autoridades, pois o bom governo contribui para a pregação do evangelho e para uma vida tranquila: "Admoesto-te, pois, antes de tudo, que se façam deprecções, orações, intercessões, e ações de graças, por todos os homens; pelos reis, e por todos os que estão em eminência, para que tenhamos uma vida quieta e sossegada, em toda a piedade e honestidade" (1 Timóteo 2:1-2). Assim, a cidadania cristã une o exercício responsável dos direitos civis à intercessão constante, na expectativa da pátria celestial.

Conclusão

Este artigo demonstrou, à luz da Bíblia e da Declaração de Fé das Assembleias de Deus, que: (1) toda autoridade vem de Deus e foi por Ele ordenada para o bem da coletividade; (2) a Igreja e o Estado são instituições distintas, mas o cristão coopera com o Estado na promoção da ordem e da justiça, tendo em vista a sua pátria celestial; (3) o cristão deve submeter-se às autoridades constituídas, cumprindo as obrigações civis e honrando os governantes; (4) essa submissão tem limite na obediência a Deus, prevalecendo a Bíblia sobre qualquer norma que a contradiga; e (5) o cristão exerce a sua cidadania pelo voto, pela participação pública e pela oração em favor das autoridades.

A Igreja, portanto, não é inimiga do Estado, mas instrumento de Deus para a bênção da sociedade, "sal da terra e luz do mundo". Que cada crente seja fiel às suas obrigações civis, orando pelos governantes e vivendo como cidadão do Reino, "para que tenhamos uma vida quieta e sossegada, em toda a piedade e honestidade" (1 Timóteo 2:2), até que venha o Senhor, que é o Rei dos reis e Senhor dos senhores. Amém.

Referências

- BÍBLIA. Português. **Almeida Corrigida Fiel**. São Paulo: Sociedade Bíblica Trinitariana do Brasil, 2007.
- BÍBLIA. A. T. Provérbios. In: BÍBLIA. Almeida Corrigida Fiel. 2007. Provérbios 21.
- BÍBLIA. A. T. Daniel. In: BÍBLIA. Almeida Corrigida Fiel. 2007. Daniel 2.
- BÍBLIA. N. T. Marcos. In: BÍBLIA. Almeida Corrigida Fiel. 2007. Marcos 12.
- BÍBLIA. N. T. Atos. In: BÍBLIA. Almeida Corrigida Fiel. 2007. Atos 4; 5.
- BÍBLIA. N. T. Romanos. In: BÍBLIA. Almeida Corrigida Fiel. 2007. Romanos 13.
- BÍBLIA. N. T. Filipenses. In: BÍBLIA. Almeida Corrigida Fiel. 2007. Filipenses 3.
- BÍBLIA. N. T. 1 Timóteo. In: BÍBLIA. Almeida Corrigida Fiel. 2007. 1 Timóteo 2.
- BÍBLIA. N. T. Tito. In: BÍBLIA. Almeida Corrigida Fiel. 2007. Tito 3.
- BÍBLIA. N. T. 1 Pedro. In: BÍBLIA. Almeida Corrigida Fiel. 2007. 1 Pedro 2.
- DECLARAÇÃO DE FÉ das Assembleias de Deus. Rio de Janeiro: CPAD, 2017. Capítulo XVI: Sobre a Igreja e o Estado.